

BOAVENTURA DE SOUSA SANTOS  
MARIA PAULA MENESES (Orgs.)

# *Epistemologias do Sul*



## EPISTEMOLOGIAS DO SUL

### ORGANIZADORES

BOAVENTURA DE SOUSA SANTOS  
MARIA PAULA MENESES

### EDITOR

EDIÇÕES ALMEDINA, SA  
Av. Fernão Magalhães, n.º 584, 5.º Andar  
3000-174 Coimbra  
Tel.: 239 851 904  
Fax: 239 851 901  
www.almedina.net  
editora@almedina.net

### PRÉ-IMPRESSÃO | IMPRESSÃO | ACABAMENTO

G.C. GRÁFICA DE COIMBRA, LDA.  
Palheira – Assafarge  
3001-453 Coimbra  
producao@graficadecoimbra.pt

Janeiro, 2009

### DEPÓSITO LEGAL

287846/09

Os dados e as opiniões inseridos na presente publicação são da exclusiva responsabilidade do(s) seu(s) autor(es).

Toda a reprodução desta obra, por fotocópia ou outro qualquer processo, sem prévia autorização escrita do Editor, é ilícita e passível de procedimento judicial contra o infractor.

### ***Biblioteca Nacional de Portugal – Catalogação na Publicação***

Epistemologias do Sul / org. Boaventura de  
Sousa Santos, Maria Paula Meneses. – (CES)  
ISBN 978-972-40-3738-7

I – SANTOS, Boaventura de Sousa, 1940-  
II – MENESES, Maria Paula

CDU 165  
304  
325  
316

## ÍNDICE

Prefácio	7
Sumário	
<i>Introdução</i>	9
Boaventura de Sousa Santos e Maria Paula Meneses	
<b>Parte 1 – Da Colonialidade à Descolonialidade</b>	21
CAPÍTULO 1: <i>Para além do Pensamento Abissal: das linhas globais a uma ecologia de saberes</i>	23
Boaventura de Sousa Santos	
CAPÍTULO 2: <i>Colonialidade do Poder e Classificação Social</i>	73
Anibal Quijano	
CAPÍTULO 3: <i>Conhecimento de África, Conhecimentos de Africanos: duas perspectivas sobre os Estudos Africanos</i>	119
Paulin J. Hountondji	
<b>Parte 2 – As Modernidades das Tradições</b>	133
CAPÍTULO 4: <i>Globalização e Ubuntu</i>	135
Mogobe B. Ramose	
CAPÍTULO 5: <i>Corpos de violência, Linguagens de Resistência: as complexas teias de conhecimentos no Moçambique contemporâneo</i>	177
Maria Paula Meneses	
CAPÍTULO 6: <i>O Resgate da Epistemologia</i>	215
João Arriscado Nunes	
CAPÍTULO 7: <i>A Debate sobre o “Encerramento do Ijtihad” e a sua crítica</i>	243
Liazzate J. K. Bonate	

CAPÍTULO 8: <i>Transições no 'Progresso' da Civilização: teorização sobre a história, a prática e a tradição</i>	261
Ebrahim Moosa	

**Parte 3 – Geo-políticas e a sua Subversão** 281

CAPÍTULO 9: <i>Meditações Anti-Cartesianas sobre a Origem do Anti-Discurso Filosófico da Modernidade</i>	283
Enrique Dussel	

CAPÍTULO 10: <i>A Topologia do Ser e a Geopolítica do Conhecimento: modernidade, império e colonialidade</i>	337
Nelson Maldonado-Torres	

CAPÍTULO 11: <i>Para Descolonizar os Estudos de Economia Política e os Estudos Pós-coloniais: transmodernidade, pensamento de fronteira e colonialidade global</i>	383
Ramón Grosfoguel	

CAPÍTULO 12: <i>Intelectuais Negros e Produção do Conhecimento: algumas reflexões sobre a realidade brasileira</i>	419
Nilma Gomes	

**Parte 4 – A Reinvenções dos Lugares** 443

CAPÍTULO 13: <i>Um Ocidente Não-Ocidentalista?: a filosofia à venda, a douda ignorância e a aposta de Pascal</i>	445
Boaventura de Sousa Santos	

CAPÍTULO 14: <i>Encontros Culturais e o Oriente: um estudo das políticas de conhecimento</i>	487
Shiv Visvanathan	

CAPÍTULO 15: <i>Filosofia e Conhecimento Indígena: uma perspectiva africana</i>	507
Dismas A. Masolo	

## CAPÍTULO 2

### COLONIALIDADE DO PODER E CLASSIFICAÇÃO SOCIAL

*Aníbal Quijano*

#### **Introdução**

A colonialidade é um dos elementos constitutivos e específicos do padrão mundial do poder capitalista. Sustenta-se na imposição de uma classificação racial/étnica da população do mundo como pedra angular do referido padrão de poder e opera em cada um dos planos, meios e dimensões, materiais e subjectivos, da existência social quotidiana e da escala societal.<sup>1</sup> Origina-se e mundializa-se a partir da América.

Com a constituição da América (Latina),<sup>2</sup> no mesmo momento e no mesmo movimento históricos, o emergente poder capitalista torna-se mundial, os seus centros hegemónicos localizam-se nas zonas situadas sobre o Atlântico – que depois se identificarão como Europa – e como eixos centrais do seu novo padrão de dominação estabelecem-se também a colonialidade e a modernidade. Em pouco tempo, com a América (Latina) o capitalismo torna-se mundial, eurocentrado, e a colonialidade e modernidade instalam-

---

<sup>1</sup> Colonialidade é um conceito diferente de, ainda que vinculado a, Colonialismo. Este último refere-se estritamente a uma estrutura de dominação/exploração onde o controlo da autoridade política, dos recursos de produção e do trabalho de uma população determinada domina outra de diferente identidade e cujas sedes centrais estão, além disso, localizadas noutra jurisdição territorial. Mas nem sempre, nem necessariamente, implica relações racistas de poder. O colonialismo é, obviamente, mais antigo, enquanto a Colonialidade tem vindo a provar, nos últimos 500 anos, ser mais profunda e duradoira que o colonialismo. Mas foi, sem dúvida, engendrada dentro daquele e, mais ainda, sem ele não poderia ser imposta na intersubjectividade do mundo tão enraizado e prolongado. Pablo González Casanova (1965) e Rodolfo Stavenhagen (1965) propuseram chamar Colonialismo Interno ao poder racista/eticista que opera dentro de um Estado-Nação. Mas isso só teria sentido a partir de uma perspectiva eurocêntrica sobre o Estado-Nação. Sobre as minhas propostas acerca do conceito de colonialidade do poder remeto, sobretudo, para os meus textos Quijano, 1991, 1993a, 1994, assim como Quijano e Wallerstein, 1992.

<sup>2</sup> A apropriação do nome América pelos Estados Unidos da América do Norte originou uma grande confusão que obriga a recordar que originalmente o nome correspondia exclusivamente aos domínios ibéricos neste continente, que iam desde a Terra do Fogo até mais ou menos ao meio sudoeste do actual território dos Estados Unidos.

se associadas como eixos constitutivos do seu específico padrão de poder,<sup>3</sup> até hoje.

No decurso da evolução dessas características do poder actual foram-se configurando novas identidades societais da colonialidade – *índios, negros, azeitonados, amarelos, brancos, mestiços* – e as geoculturais do colonialismo, como *América, África, Extremo Oriente, Próximo Oriente* (as suas últimas, mais tarde, *Ásia*), *Ocidente* ou *Europa* (Europa Ocidental, depois). E as relações intersubjectivas correspondentes, nas quais se foram fundindo as experiências do colonialismo e da colonialidade com as necessidades do capitalismo, foram-se configurando como um novo universo de relações intersubjectivas de dominação sob hegemonia eurocentrada. Esse específico universo é o que será depois denominado como a *modernidade*.

Desde o século XVII, nos principais centros hegemónicos desse padrão mundial de poder, nessa centúria, não sendo um acaso a Holanda (Descartes, Spinoza) e a Inglaterra (Locke, Newton), desse universo intersubjectivo, foi elaborado e formalizado um modo de produzir conhecimento que dava conta das necessidades cognitivas do capitalismo: a medição, a externalização (ou objectivação) do cognoscível em relação ao conhecedor, para o controlo das relações dos indivíduos com a *natureza* e entre aquelas em relação a esta, em especial a propriedade dos recursos de produção.<sup>4</sup> Dentro dessa mesma orientação foram também, já formalmente, *naturalizadas* as experiências, identidades e relações históricas da colonialidade e da distribuição geocultural do poder capitalista mundial. Esse modo de conhecimento foi, pelo seu carácter e pela sua origem, eurocêntrico. Denominado racional, foi imposto e admitido no conjunto do mundo capitalista como a única racionalidade válida e como emblema *da modernidade*. As linhas matrizes dessa perspectiva cognitiva mantiveram-se, não obstante as mudanças dos seus conteúdos específicos, das críticas e dos debates, ao longo da duração do poder mundial do capitalismo colonial e moderno. Essa é a modernidade/racionalidade que está agora, finalmente, em crise.<sup>5</sup>

O eurocentrismo não é exclusivamente, portanto, a perspectiva cognitiva dos europeus, ou apenas dos dominantes do capitalismo mundial, mas

---

<sup>3</sup> Veja-se a entrevista a Quijano "La Modernidad, el Capitalismo y América Latina nacen el mismo día". (*Illa*, n 10, Janeiro 1991, Lima, Perú).

<sup>4</sup> Veja-se, sobre este tema, os capítulos de Boaventura de Sousa Santos e de Enrique Dussel, que analisam também este tema.

<sup>5</sup> Discuti antes estas questões em Quijano, 1988, e 1991.

também do conjunto dos educados sob a sua hegemonia. E embora isso implique um componente etnocêntrico, este não o explica, nem é a sua fonte principal de sentido. Trata-se da perspectiva cognitiva durante o longo tempo do conjunto do mundo eurocentrado do capitalismo colonial/moderno e que *naturaliza* a experiência dos indivíduos neste padrão de poder. Ou seja, fá-las entender como *naturais*, consequentemente como dadas, não susceptíveis de ser questionadas.

Desde o século XVIII, sobretudo com o Iluminismo, no eurocentrismo foi-se afirmando a mitológica ideia de que a Europa<sup>6</sup> era pré-existente a esse padrão de poder, que já era antes um centro mundial de capitalismo que colonizou o resto do mundo, elaborando por sua conta, a partir do seio da modernidade e da racionalidade. E que nessa qualidade, a Europa e os europeus eram o momento e o nível mais avançados no caminho linear, unidireccional e contínuo da espécie. Consolidou-se assim, juntamente com essa ideia, outro dos núcleos principais da colonialidade/modernidade eurocêntrica: uma concepção de *humanidade* segundo a qual a população do mundo se diferenciava em inferiores e superiores, irracionais e racionais, primitivos e civilizados, tradicionais e modernos.

Mais tarde, especialmente a partir de meados do século XIX e apesar da continuada evolução da mundialização do capitalismo, foi saindo da perspectiva hegemónica da percepção da totalidade mundial do poder capitalista e do seu longo tempo de reprodução, mudança e crise. O lugar do capitalismo mundial foi ocupado pelo Estado-nação e pelas relações entre Estados-nação, não só como unidade de análise mas como único enfoque válido do conhecimento sobre o capitalismo. Não só no liberalismo, mas também no chamado materialismo histórico, a mais difundida e a mais eurocêntrica das vertentes derivadas da heterogénea herança de Marx.

A revolta intelectual contra essa perspectiva e contra esse modo eurocentrista de produzir conhecimento nunca esteve exactamente ausente, particularmente na América Latina.<sup>7</sup> Mas apenas levanta voo depois da Segunda

---

<sup>6</sup> Europa é, aqui, o nome de uma metáfora, de uma zona geográfica e da sua população. Refere-se a tudo o que se estabeleceu como uma expressão racial/étnica/cultural da Europa, como um prolongamento dela, ou seja, como um carácter distintivo da identidade não submetida à colonialidade do poder.

<sup>7</sup> Uma crítica explícita ao evolucionismo unilinear e unidireccional do eurocentrismo está já presente, por exemplo, em *El Antimperialismo y el APRA* (escrito, segundo o seu autor em 1924 ainda que a sua primeira edição seja de Ercilla 1932, Santiago, Chile)

Guerra Mundial, começando obviamente nas áreas dominadas e dependentes do mundo capitalista. Quando se trata do poder, é sempre a partir das margens que mais costuma ser vista, e mais cedo, porque entra em questão, a totalidade do campo de relações e de sentidos que constitui tal poder.

Da América Latina, sem dúvida a mais influente das tentativas de mostrar de novo a mundialidade do capitalismo, foi a proposta de Raul Prebisch, e dos seus associados, de pensar o capitalismo como um sistema mundial diferenciado em ‘centro’ e ‘periferia’. Foi retomada e reelaborada na obra de Immanuel Wallerstein, cuja proposta teórica do ‘moderno sistema-mundo’, de uma perspectiva onde confluem a visão marxiana do capitalismo como um sistema mundial e a braudeliana sobre a longa duração histórica, reabriu e renovou de modo decisivo o debate sobre a reconstituição de uma perspectiva global, na investigação científico-social do último quartel do século XX.<sup>8</sup>

Nesse novo contexto, estão hoje activos outros componentes do debate latino-americano que apontam para uma nova ideia da totalidade histórico-social, núcleo de uma racionalidade não-eurocêntrica. Principalmente, as propostas sobre a colonialidade do poder e sobre a heterogeneidade histórico-estrutural de todos os mundos de existência social.

### **1. A Questão do Poder no Eurocentrismo**

Tal como o conhecemos historicamente, à escala societal o poder é o espaço e uma malha de relações sociais de exploração/dominação/conflito articuladas, basicamente, em função e em torno da disputa pelo controlo dos seguintes meios de existência social: 1) o trabalho e os seus produtos; 2) dependente do anterior, a ‘natureza’ e os seus recursos de produção; 3) o sexo, os seus produtos e a reprodução da espécie; 4) a subjectividade e os seus produtos, materiais e intersubjectivos, incluindo o conhecimento; 5) a autoridade e os seus instrumentos, de coerção em particular, para assegurar a reprodução desse padrão de relações sociais e regular as suas mudanças.<sup>9</sup>

---

de Haya de la Torre. E a percepção das relações económicas do poder no Peru, implicada no primeiro dos *7 Ensaíos de Interpretación de la Realidad Peruana* (Lima, 1928) de José Carlos Mariátegui, pode ser considerada como o embrião do conceito de heterogeneidade histórico-estrutural elaborado em meados dos anos 60 (Quijano, 1966).

<sup>8</sup> Veja-se Prebisch 1963, 1976, 1981, assim como Wallerstein, 1974, 1976, 1980.

<sup>9</sup> Não entrarei, desta vez, na discussão das origens e fontes desse tipo de relações sociais.



Nas duas últimas centúrias, no entanto, e até às irrupções das questões de subjectividade e de género no debate, o olhar eurocêntrico não conseguiu perceber todos esses meios na configuração do poder, porque foi dominado pela confrontação entre duas das principais vertentes de ideias: uma, hegemónica, o liberalismo; e outra, subalterna, ainda que de intenção contestária, o materialismo histórico.

O liberalismo não tem uma perspectiva unívoca sobre o poder. A sua mais antiga variante (Hobbes) sustenta que é a autoridade, acordada por indivíduos até então dispersos, o que coloca os componentes da existência social numa ordem adequada às necessidades da vida individual. Embora de novo actual, como sustento do neoliberalismo, durante grande parte do século XX cedeu terreno à predominância das propostas do estruturalismo, do estrutural-funcionalismo e do funcionalismo, cujo elemento comum em relação ao problema é que a sociedade se ordena em torno de um limitado conjunto de padrões historicamente invariantes, pelo que os componentes de uma sociedade guardam entre si relações contínuas e consistentes em razão das suas respectivas funções e estas, por sua vez, são inerentes ao carácter de cada elemento. Com todas essas variantes coexistem hoje e combinam-se de vários modos, o velho empirismo e o novo pós-modernismo para os quais não há tal coisa como uma estrutura global de relações sociais, uma sociedade, enquanto uma totalidade determinada e distinguível das outras. Dessa maneira, dão a mão à antiga proposta hobbesiana.

Para o materialismo histórico, a mais eurocêntrica das versões da heterogénea herança de Marx, as estruturas sociais constituem-se sobre a base das relações que se estabelecem para o controlo do trabalho e dos seus produtos. Tais relações denominam-se relações de produção. Mas ao contrário das variantes do liberalismo, não só afirma a primazia de um dos meios – o trabalho e as relações de produção – sobre os outros, como também e com idêntica insistência, que a ordem configurada corresponde a uma cadeia de determinações que provém do meio primado e atravessa o conjunto. Desse ponto de vista, o controlo do trabalho é a base sobre a qual se articulam as relações de poder e, ao mesmo tempo, o determinante do conjunto e de cada uma delas.

Apesar das suas muitas e bem marcadas diferenças, em todas essas vertentes pode discernir-se um conjunto de pressupostos e de problemas comuns que indicam a linhagem eurocêntrica comum. Aqui, é pertinente pôr em relevo, principalmente duas questões. Em primeiro lugar, todas pressupõem uma estrutura configurada por elementos historicamente homogé-

neos, não obstante a diversidade de formas e caracteres, que guardam entre si relações contínuas e consistentes – seja pelas suas ‘funções’, seja pelas suas cadeias de determinações – lineares e unidireccionais, no tempo e no espaço. Toda a estrutura societal é, nesse perspectiva, orgânica ou sistémica, mecânica. E essa é, exactamente, a opção preferencial do eurocentrismo na produção do conhecimento histórico. Nessa opção algo chamado ‘sociedade’, enquanto uma articulação de múltiplas existências sociais numa única estrutura, ou não é possível ou não tem lugar na realidade, como no velho empirismo e no novo pós-modernismo, ou se existe só pode ser de modo sistémico ou orgânico.

Em segundo lugar, em todas essas vertentes subjaz a ideia que de algum modo as relações entre os componentes de uma estrutura societal são dadas, *ahistóricas*, ou seja, são o produto da actuação de algum agente anterior à história das relações entre as gentes. Se, como em Hobbes, se faz intervir acções e decisões humanas na origem da autoridade e da ordem, não se trata em rigor de nenhuma história, ou nem sequer de um mito histórico, mas de um mito metafísico: postula um estado de natureza, com indivíduos humanos que entre si não têm relações distintas com a contínua violência, ou seja, que não possuem entre si genuínas relações sociais. Se em Marx também se faz intervir acções humanas na origem das ‘relações de produção’, para o materialismo histórico isso acontece por fora de toda a subjectividade. Isto é, também metafísica e não historicamente. No funcionalismo, no estruturalismo e no estrutural funcionalismo, os indivíduos estão submetidos *ab initio* ao império de certos padrões de conduta historicamente invariantes. A perspectiva, em qualquer das suas variantes, implica pois um postulado historicamente impossível: que as relações entre os elementos de um padrão histórico de poder têm já determinadas as suas relações antes de toda a história. Ou seja, como se fossem relações definidas previamente num reino ôntico, ahistórico ou transhistórico.

A modernidade eurocêntrica não parece ter terminado com o exercício de secularizar a ideia de um deus providencial. De outro modo, conceber a existência social de gentes concretas como configurada *ab initio* e por elementos historicamente homogéneos e consistentes, destinados indefinidamente a ter entre si relações contínuas, lineares e unidireccionais, seria desnecessária e, no fim de contas, impensável.

## 2. A Heterogeneidade Histórico-Estrutural do Poder

Semelhante perspectiva de conhecimento dificilmente poderia dar conta da experiência histórica. Em primeiro lugar, não se conhece padrão algum de poder no qual os seus componentes se relacionem desse modo e especialmente ao longo do tempo. Longe disso, trata-se sempre de uma articulação estrutural entre elementos historicamente heterogêneos. Ou seja, que provêm de histórias específicas e de espaços-tempos distintos e distantes entre si, que desse modo têm formas e caracteres não só diferentes, mas descontínuos, incoerentes e ainda conflituosos entre si, em cada momento e ao longo do tempo. Disso são uma demonstração histórica eficiente, talvez melhor que nenhuma outra experiência, precisamente a constituição e o desenvolvimento históricos da América e do Capitalismo Mundial, Colonial e Moderno.

Em cada um dos principais meios da existência social cujo controlo é disputado por indivíduos, e de cujas vitórias e derrotas se formam as relações de exploração/dominação/conflito que constituem o poder, os elementos componentes são sempre historicamente heterogêneos. Assim, no capitalismo mundial o trabalho existe actualmente, como há 500 anos, em todas e cada uma das suas formas historicamente conhecidas (salário, escravidão, servidão, pequena produção mercantil, reciprocidade), mas todas elas estão ao serviço do capital, articulando-se em torno da sua forma salarial. Mas do mesmo modo, em qualquer dos outros meios, a autoridade, o sexo, a subjectividade, estão presentes todas as formas historicamente conhecidas sob a primazia geral das suas formas chamadas modernas: o 'Estado-nação', a 'família burguesa', a 'racionalidade moderna'.

O que é realmente notável de toda a estrutura societal é que elementos, experiências, produtos, historicamente descontínuos, distintos, distantes e heterogêneos possam articular-se juntos, não obstante as suas incongruências e os seus conflitos, na trama comum que os urde numa estrutura conjunta. A pergunta pertinente indaga acerca do que produz, permite ou determina semelhante campo de relações e outorga-lhe o carácter e o comportamento de uma totalidade histórica específica e determinada. E como a experiência da América e do actual mundo capitalista mostra, em cada caso o que na primeira instância gera as condições para essa articulação é a capacidade que um grupo consegue obter ou encontrar, para se impor sobre os outros e articular sob o seu controlo, numa nova estrutura societal, as suas heterogêneas histórias. É sempre uma história de necessidades, mas igualmente de intenções, de desejos, de conhecimentos ou ignorâncias, de opções e de preferências,

de decisões certas ou errôneas, de vitórias e derrotas. De nenhum modo, em consequência, da acção de factores extra-históricos. As possibilidades de acção das gentes não são infinitas, ou sequer muito numerosas e diversas. Os recursos que disputam não são abundantes. Mais significativo ainda é o facto de que as acções ou omissões humanas não podem separar-se do que está previamente feito e existe como condicionante das acções, externamente ou não da subjectividade, do conhecimento e/ou dos desejos e das intenções. Por isso, as opções, queridas ou não, conscientes ou não, para todos ou para alguns, não podem ser decididas, nem actuadas num *vacuum* histórico. Disto se deriva, no entanto, não necessariamente em todo o caso, que as opções estejam inscritas já numa determinação extra-histórica, supra-histórica ou transhistórica, como no destino da tragédia grega clássica. Não são, em suma, inevitáveis. Ou seria-o no facto de que Colombo tropeçasse no que chamou La Hispaniola em lugar do que chamamos Nova Iorque? As condições técnicas dessa aventura permitiam o mesmo, fosse um ou outro resultado, ou o fracasso de ambos. Pense-se em todas as implicações fundamentais, não banais, de tal questão, para a história do mundo capitalista. Sobre o problema da colonialidade do poder, em primeiro lugar.

A capacidade e a força que serve a um grupo para se impor a outros não é, no entanto, suficiente para articular histórias heterogêneas numa ordem estrutural duradoura. Elas certamente produzem autoridade enquanto capacidade de coerção. A força e a coerção ou, no olhar liberal, o consenso, não podem, contudo, produzir nem reproduzir duradouramente a ordem estrutural de uma sociedade, ou seja, as relações entre os componentes de cada um dos meios da existência social, nem as relações entre os próprios meios. Nem, em especial, produzir o sentido do movimento e do desenvolvimento históricos da estrutura societal no seu conjunto. A única coisa que pode fazer a autoridade é obrigar, ou persuadir, os indivíduos a submeter-se a essas relações e a esse sentido geral do movimento da sociedade que os habita. Desse modo, contribui à sustentação, à reprodução dessas relações e ao controlo das suas crises e das suas mudanças. Se desde Hobbes, no entanto, o liberalismo insiste em que a autoridade decide a ordem societal, a ordem estrutural das relações de poder, é porque também insiste em que todos os outros meios de existência social articulados nessa estrutura são *naturais*. Mas se não se admite esse impossível carácter não-histórico da existência social, deve procurar-se noutra instância histórica a explicação de que a existência social consista em meios ou em campos de relações sociais específicas e que tais campos tendam a articular-se num campo conjunto de relações, cuja

configuração estrutural e sua reprodução ou remoção no tempo se reconhece com o conceito de sociedade. Onde encontrar essa instância?

Já foi assinalada a dificuldade das propostas estruturalistas e funcionalistas, não só para dar conta da heterogeneidade histórica das estruturas sociais, como também por implicar relações necessariamente consistentes entre os seus componentes. Resta, conseqüentemente, a proposta marxiana (uma das fontes do materialismo histórico) sobre o trabalho como meio primado de toda a sociedade e do controlo do trabalho como o primado em todo o poder societal. São dois os problemas que levanta esta questão e que requerem que sejam discutidos.

Em primeiro lugar, é verdade que a experiência do poder capitalista mundial, eurocentrado e colonial/moderno, mostra que é o controlo do trabalho o factor supremo neste padrão de poder: este é, em primeiro lugar, capitalista. Em consequência, o controlo do trabalho pelo capital é a condição central do poder capitalista. Mas em Marx implica-se, de um lado, a homogeneidade histórica deste e dos outros factores, e por outro, que o trabalho determina, todo o tempo e de modo permanente, o carácter, o lugar e a função de todos os outros meios na estrutura do poder. Contudo, se se examinar de novo a experiência do padrão mundial do poder capitalista, nada permite verificar a homogeneidade histórica dos seus componentes, nem sequer dos fundamentais, seja do trabalho, do capital, ou do capitalismo. Pelo contrário, dentro de cada uma dessas categorias não só coexistem, como se articulam e se combinam todas e cada uma das formas, etapas e níveis da história de cada uma delas. Por exemplo, o trabalho assalariado existe hoje, como no início da sua história, ao lado da escravidão, da servidão, da pequena produção mercantil, da reciprocidade. E todos eles se articulam entre si e com o capital. O próprio trabalho assalariado diferencia-se entre todas as formas históricas de acumulação, desde a chamada originária ou primitiva, a mais valia extensiva, incluindo todas as gradações da intensiva e todos os níveis que a actual tecnologia permite e contém, até àqueles em que a força viva do trabalho individual é virtualmente insignificante. O capitalismo abarca, e tem de abarcar, todo esse complexo e heterogéneo universo sob o seu domínio. Em relação à cadeia unidireccional de determinações que permite ao trabalho articular os outros meios e mantê-los articulados no longo prazo, a experiência do padrão do poder *capitalista, mundial, eurocentrado e colonial/moderno* também não mostra nada que obrigue a admitir que o rasgo *capitalista* tenha tornado necessários, no sentido de inevitáveis, os outros. Por outro lado, sem dúvida que o carácter capitalista deste padrão de poder tem implicações decisivas sobre o

carácter e sentido das relações intersubjectivas, das relações de autoridade e sobre as relações em torno do sexo e dos seus produtos. Mas, primeiro, só se se ignorar a heterogeneidade histórica dessas relações e do modo em que se ordenam em cada meio e entre eles, seria possível admitir a unilinearidade e a unidireccionalidade dessas implicações. E, segundo, neste momento do debate deveria ser óbvio que embora o actual modo de controlar o trabalho tenha implicações sobre, por exemplo, a intersubjectividade societal, sabemos do mesmo modo que para que se optasse pela forma capitalista de organizar e controlar o trabalho, foi sem dúvida necessária uma intersubjectividade que a tornasse possível e preferível. As determinações não são, pois, não podem ser, unilineares nem unidireccionais. E não só são recíprocas. São heterogéneas, descontínuas, inconsistentes, conflituosas, como corresponde a relações entre elementos que têm, todos e cada um, tais características.

A articulação de elementos heterogéneos, descontínuos e conflituosos numa estrutura comum, num determinado campo de relações, implica pois, requer, relações de recíprocas, determinações múltiplas e heterogéneas.

O estruturalismo e o funcionalismo não conseguiram perceber essas necessidades históricas. Tomaram um mau caminho, reduzindo-as à ideia de relações funcionais entre os elementos de uma estrutura societal. De todos os modos, no entanto, para que uma estrutura histórica estruturalmente heterogénea tenha o movimento, o desenvolvimento, ou se se quiser o comportamento, de uma totalidade histórica, não bastam tais modos de determinação recíproca e heterogénea entre os seus componentes. É indispensável que um (ou mais) entre eles tenha a primazia – no caso do capitalismo, o controlo combinado do trabalho e da autoridade – mas não como determinante ou base de determinações no sentido do materialismo histórico, mas estritamente como *eixo(s)* de articulação do conjunto.

Desse modo, o movimento conjunto dessa totalidade, o sentido do seu desenvolvimento, abarca, transcende, nesse sentido específico, cada um dos seus componentes. Ou seja, determinado campo de relações sociais comporta-se como uma totalidade. Mas semelhante totalidade histórico-social, como articulação de heterogéneos, descontínuos e conflituosos elementos, não pode ser de modo algum fechada, não pode ser um organismo, nem pode ser, como uma máquina, consistente de modo sistémico e constituir uma entidade na qual a lógica de cada um dos elementos corresponde à de cada um dos outros. Os seus movimentos de conjunto não podem ser, consequentemente, unilineares, nem unidireccionais, como seria necessariamente o caso de entidades orgânicas ou sistémicas ou mecânicas.

### 3. Notas Sobre a Questão da Totalidade

Acerca dessa problemática é indispensável continuar a indagar e a debater as implicações do paradigma epistemológico da relação entre o todo e as partes em relação à existência histórico-social. O eurocentrismo levou virtualmente todo o mundo a admitir que numa totalidade o todo tem absoluta primazia determinante sobre todas e cada uma das partes e que, portanto, há uma e só uma lógica que governa o comportamento do todo e de todas e de cada uma das parts. As possíveis variantes do movimento de cada parte são secundárias, sem efeito sobre o todo e reconhecidas como *particularidades* de uma regra ou lógica geral do todo a que pertencem.

Não é, aqui, pertinente, por razões óbvias, colocar um debate sistemático acerca do paradigma em que a modernidade eurocêntrica acabou por ser admitido como uma das pedras singulares da racionalidade e que na produção do conhecimento concreto chega a ser actuado com a espontaneidade da respiração, ou seja, de maneira inquestionável. A única coisa que, aqui, proponho é abrir a questão restrita das suas implicações no conhecimento específico da experiência histórico-social.

À partida, é necessário reconhecer que todo o fenómeno histórico-social consiste na expressão de uma relação social ou numa malha de relações sociais. Por isso, a sua explicação e o seu sentido não podem ser encontrados senão em relação a um campo de relações maior que o que lhe corresponde. Este campo de relações, em relação ao qual um determinado fenómeno pode ter explicação e sentido, é o que aqui se assume como conceito de totalidade histórico-social. A continuada presença deste paradigma na investigação e no debate histórico-social, desde sobretudo o final do século XVIII, não é um acidente: dá conta do reconhecimento da sua tremenda importância, antes do mais porque permitiu libertar-se do atomismo empirista e do providencialismo. Não obstante, o empirismo atomístico não só se manteve no debate, como também encontrou agora uma nova expressão no chamado pós-modernismo filosófico-social.<sup>10</sup> Em ambos nega-se a ideia de totalidade e da sua necessidade na produção do conhecimento.

---

<sup>10</sup> O termo *filosófico-social* cumpre aqui a função de fazer notar que o intenso processo de renovação do debate filosófico tem uma marca particular: não se trata só de um prolongamento do velho debate sobre as velhas questões da metafísica eurocêntrica, mas muito mais para além das questões levantadas no debate histórico social dos últimos 200 anos e, particularmente, na segunda metade do século XX. O reconhecimento deste traço é importante, não só, e não tanto, porque indica a influência das ciências sociais sobre a

A renovação e a expansão da visão atomística da experiência histórico-social em plena crise da modernidade/razionalidade também não é um acidente. É um assunto complexo e contraditório. Mostra, por um lado, que agora é mais perceptível o facto de que as ideias dominantes da totalidade deixem de fora dela muitas, demasiadas, áreas da experiência histórico-social, ou as acolhem somente de modo distorcido. Mas, por outro lado, também não é acidental a explícita associação da negação da totalidade com a negação da realidade do poder societal, tanto no novo pós-modernismo como no velho empirismo.

Com efeito, o que o paradigma da totalidade permitiu perceber na história da existência social de gentes concretas foi, precisamente, o poder como a mais persistente forma de articulação estrutural de alcance societal. Desde então, seja para o colocar em questão ou para sua defesa, o ponto de partida foi o reconhecimento da sua existência real na vida dos indivíduos. Mas, sobretudo, foi a crítica do poder o que acabou por ser colocado no próprio centro do estudo e do debate histórico-social.

Por outro lado, na visão atomística, seja do velho empirismo ou do novo pós-modernismo, as relações sociais não formam campos complexos de relações sociais em que estão articulados todos os meios diferenciáveis da existência social e, conseqüentemente, de relações sociais. Ou seja, algo que se poderia chamar sociedade não tem lugar na realidade. Portanto, encontrar explicação e sentido dos fenómenos sociais não é possível nem necessário. A experiência contingente, e a descrição como representação, seriam a única coisa necessária e legítima. A ideia de totalidade não só não seria necessária, como, e sobretudo, seria uma distorção epistemológica. A ideia que remete para a existência de estruturas duradoiras de relações sociais cede lugar à ideia de fluências instáveis e cambiantes, que não chegam a solidificar nas estruturas.<sup>11</sup>

Para poder negar a realidade do poder societal, o empirismo e o pós-modernismo exigem a negação da ideia de totalidade histórico-social e da existência de um meio primado na configuração societal, agindo como eixo de articulação dos outros. O poder no velho empirismo só existe como

---

filosofia, mas, antes do mais, porque este debate é vital para a elaboração de uma racionalidade alternativa à eurocêntrica e para a renovação dos fundamentos do conhecimento histórico-social.

<sup>11</sup> Anrup (1985) apresenta uma boa revisão das posições em debate e um bem armado ataque contra o conceito de totalidade.



autoridade, num só meio de relações sociais, por definição, dispersas. No pós-modernismo, desde as suas origens pós-estruturalistas, o poder só existe à escala das micro-relações sociais e como fenómeno disperso e fluido. Não tem sentido, conseqüentemente, para nenhuma das vertentes do debate, pensar na mudança de algo que se poderia chamar sociedade no seu conjunto e colocar para isso os seus eixos de articulação ou os factores de determinação que devem ser alterados. A mudança histórica seria estritamente um assunto individual, ainda que fossem vários os indivíduos comprometidos em micro-relações sociais.

Nesse confronto entre as ideias orgânicas e sistêmicas de totalidade, de um lado, e a negação de toda a ideia de totalidade, do outro, parecerá, pois, tratar-se de opiniões muito contrastantes, inclusive referidas a perspectivas epistêmicas não conciliáveis. Ambas têm, no entanto, uma linhagem eurocêntrica comum: nas duas posições, o paradigma eurocêntrico de totalidade é o único pensável. Dito de outro modo, nas duas subjaz o pressuposto nunca explicitado e discutido, já que nunca foi uma questão, de que toda a ideia de totalidade implica que o todo e as partes correspondem a uma mesma lógica de existência. Ou seja, têm uma homogeneidade básica que sustenta a consistência e a continuidade das suas relações, como num organismo, ou numa máquina, ou numa entidade sistêmica. Nessa perspectiva, a negação da necessidade dessa ideia de totalidade na produção do conhecimento é extrema, mas não de todo arbitraria. Para as nossas actuais necessidades de conhecimento histórico-social, essa ideia de totalidade implica hoje distorções da realidade tão graves como as desvantagens do velho empirismo atomístico. Mas o que acontecerá se enfrentarmos as totalidades que consistem numa articulação de elementos historicamente heterogêneos, cujas relações são descontínuas, inconsistentes e conflituosas?

A resposta é que na existência societal as relações entre o todo e as partes são reais, mas necessariamente muito diferentes das que postula o eurocentrismo. Uma totalidade histórico-social é num campo de relações sócias estruturado pela articulação heterogênea e descontínua de diversos meios de existência social, cada um deles por sua vez estruturado com elementos historicamente heterogêneos, descontínuos no tempo, conflituosos. *Isso quer dizer que as partes num campo de relações de poder societal não são só partes. São-no em relação ao conjunto do campo, da totalidade que este constitui. Conseqüentemente, movem-se geralmente dentro da orientação geral do conjunto. Mas não o são na sua relação separada com cada uma das outras. E sobretudo cada uma delas é uma unidade total na sua própria configuração porque tem*

igualmente uma constituição historicamente heterogênea. *Cada elemento de uma totalidade histórica é uma particularidade e, ao mesmo tempo, uma especificidade e, eventualmente até, uma singularidade.* Todos eles se movem dentro da tendência geral do conjunto, mas têm ou podem ter uma autonomia relativa e que pode ser, ou chegar a ser, eventualmente, conflituosa com a do conjunto. Nisso reside também a moção da mudança histórico-social.

Significa isso que a ideia de totalidade não tem ali lugar, nem sentido? Nada disso. O que articula os elementos heterogêneos e descontínuos numa estrutura histórico-social é um eixo comum, através do qual tudo tende a mover-se geralmente de modo conjunto, agindo assim como uma totalidade. Mas essa estrutura não é, nem pode ser, fechada, como, pelo contrário, não pode deixar de ser uma estrutura orgânica ou sistêmica. Por isso, ao contrário destas, se bem que esse conjunto tenda a mover-se ou a comportar-se numa orientação geral, não pode fazê-lo de uma maneira unilinear, nem unidirecional, nem unidimensional, porque estão em ação múltiplas, heterogêneas e até conflituosas pulsões ou lógicas de movimento. Em especial, se se considerar que são necessidades, desejos, intenções, opções, decisões e ações humanas as que estão constantemente em jogo.

Por outras palavras, os processos históricos de mudança não consistem, não podem consistir, na transformação de uma totalidade historicamente homogênea noutra equivalente, seja gradual e continuamente, ou por saltos e rupturas. Se assim fosse, a mudança implicaria a saída completa do cenário histórico de uma totalidade com todos os seus componentes, para que outra derivada dela ocupe o seu lugar. Essa é a ideia central, necessária, explícita no evolucionismo gradual e unilinear, ou implicada nas variantes do estruturalismo e do funcionalismo e, embora algo seja contra o seu discurso formal, também do próprio materialismo histórico. Assim não acontece, no entanto, na experiência real, e muito menos com o padrão de poder mundial que se constituiu na América. A mudança afecta de modo heterogêneo, descontínuo, os componentes de um dado campo histórico de relações sociais. Esse é, provavelmente, o significado histórico, concreto, do que se postula como contradição no movimento histórico da existência social.

A percepção de que um campo de relações sociais é constituído por elementos homogêneos, contínuos, ainda que contraditórios (no sentido hegeliano), leva à visão da história como uma sequência de mudanças que consistem na transformação de um conjunto homogêneo e contínuo noutra equivalente. E o debate sobre se isso acontece gradual e linearmente ou por 'saltos', e que costuma passar como um confronto epistemológico entre o

‘positivismo’ e a ‘dialéctica’ é, conseqüentemente, meramente formal. Não implica, na realidade, nenhuma ruptura epistemológica.

Pode ver-se, assim, o que leva muitos a libertarem-se de toda a ideia de totalidade, é que as ideias sistêmicas ou orgânicas acerca dela chegaram a ser percebidas ou sentidas como um tipo de espartilho intelectual porque forçam a homogeneizar a experiência real e, desse modo, a vê-la de modo distorcido.

Isso não leva a negar, desde logo, a existência possível ou provada de totalidades orgânicas ou sistêmicas. Há, de facto, organismos. E *mecanos* cujas partes encaixam umas nas outras de maneira sistémica. Mas toda a pretensão de ver desta maneira as estruturas sociais é necessariamente distorcida.

De uma perspectiva orgânica ou sistémica da totalidade histórico-social, toda a pretensão de manejo de totalidades histórico-sociais, especialmente quando se trata de planificar desse modo a mudança, não pode deixar de conduzir a experiências que se deram a chamar, não por acaso, totalitárias. Ou seja, reproduzem à escala histórica o leito de Procusto. Ao mesmo tempo, no entanto, uma vez que não é inevitável que toda a ideia de totalidade seja sistémica, orgânica ou mecânica: a simples negação da ideia de totalidade no conhecimento histórico-social não pode deixar de estar associada à negação da realidade do poder à escala societal. Na realidade, revela o corte ideológico que a vincula ao poder vigente.

#### 4. A Questão da Classificação Social

Desde os anos 80, no meio da crise mundial do poder capitalista, tornou-se mais pronunciada a derrota já tendencialmente visível dos regimes do despotismo burocrático, rivais do capitalismo privado; dos processos de democratização das sociedades e estados capitalistas da ‘periferia’; e também dos movimentos dos trabalhadores orientados para a destruição do capitalismo. Esse contexto facilitou a revelação das correntes, que até ao momento eram ainda subterrâneas, que no seio do materialismo histórico começavam a manifestar um certo mal-estar com a sua concepção herdada acerca das classes sociais.<sup>12</sup> O rápido resultado foi, como acontece frequentemente, que

---

<sup>12</sup> O debate sobre o problema das classes sociais já é antigo, ainda que se tenha tornado mais intenso depois da Segunda Guerra Mundial. Uma incisiva revisão é a de Tomich (1997). Contudo, provavelmente foi a conhecida polémica entre Ellen Meiskins Wood (1986) e Ernesto Laclau e Chantal Mouffe (1985) o que deu conta do momento de maior flexão climática da atmosfera intelectual do chamado ‘marxismo ocidental’ em relação à

o menino foi lançado com a água suja e as classes sociais se eclipsaram do cenário intelectual e político.

É óbvio que esse resultado foi parte da derrota mundial dos regimes e movimentos que disputavam a hegemonia mundial aos centros hegemônicos do capitalismo ou se confrontavam com o capitalismo. E facilitou a imposição do discurso neoliberal do capitalismo como um tipo de sentido comum universal, que desde então, e até há muito pouco tempo, se tornou não só dominante, como virtualmente único.<sup>13</sup> É menos óbvio, no entanto, se foi única ou a principal explicação para poder passar-se com comodidade para o campo do adversário, que levou muitos habituais dos edifícios do materialismo histórico a despojararem-se, depois da derrota, de uma das suas armas predilectas. Ainda que essa seja a acusação ouvida com mais frequência, não é provável que seja a melhor dirigida.

É mais provável que, com a questão das classes sociais, entre os que cultivam ou são seguidores do materialismo histórico estivesse a acontecer algo equivalente às ideias orgânica ou sistémica acerca da totalidade: as derrotas e sobretudo as decepções no seu próprio campo político (o ‘socialismo realmente existente’) tornavam cada vez mais problemático o uso produtivo, sobretudo no campo do conhecimento, da versão do materialismo histórico sobre as classes sociais.

Esta versão tinha conseguido converter uma categoria histórica numa categoria estática, nos apropriados termos de E. P. Thompson (1963), e em grande medida esse era o produto que, segundo a descrição de Parkin (1979), se ‘fabricava’ e ‘vendia’ em muitas das universidades da Europa e dos Estados Unidos. E posto que para uma ampla maioria, esta versão era a única legitimada como correcta, o respectivo conceito de classes sociais começou a ser sentido também como um espartilho intelectual.

Os esforços para tornar mais suportável este espartilho, se bem que não fossem muito numerosos, ganharam uma grande audiência nos anos 70.

---

questão das classes sociais. Desde então, espalhou-se rapidamente o desuso do conceito, como aconteceu com quase todos os problemas teóricos centrais do debate precedente. Foram simplesmente retirados do debate e as ideias e conceitos em jogo entraram em desuso. O seu regresso começa, bem rapidamente, com a crise da hegemonia global, arrastada pelos apetites predatórios do capital financeiro e do desprestígio mundial do neoliberalismo.

<sup>13</sup> *Pensamento único* é o nome cunhado e reiteradamente usado por Ignacio Ramonet nas páginas de *Le Monde Diplomatique*, jornal que ele dirige.

Pense-se, por exemplo, na ressonância da obra de Nicos Poulantzas, numa vereda, ou na de Erik Olin Wright noutra frente. Esforços de crítica muito mais fecunda, menos numerosos, com menos audiência imediata, como a de E. P. Thompson, infelizmente não conduziram até a uma completa proposta alternativa<sup>14</sup>. De onde provêm as dificuldades com a teoria das classes sociais do materialismo histórico? O rasto mais nítido conduz a uma história com três estâncias distintas. Primeira, a constituição do materialismo histórico nos finais do século XIX, como um produto da hibridação marxo-positivista, no tardio Engels e nos teóricos da Social-Democracia europeia, especialmente alemã, com amplas e duradoiras reverberações entre os socialistas de todo o mundo. Segunda, a canonização da versão chamada marxismo-leninismo, imposta pelo despotismo burocrático estabelecido sob o estalinismo a partir de meados dos anos 20. Finalmente, a nova hibridação desse materialismo histórico com o estruturalismo, especialmente francês, depois da Segunda Guerra Mundial.<sup>15</sup>

O materialismo histórico, a respeito da questão das classes sociais, assim como noutras áreas, em relação à herança teórica de Marx, não é exactamente, uma ruptura, mas uma continuidade parcial e distorcida. Esse legado intelectual é reconhecidamente heterogéneo e é ainda mais o seu percurso final, produzido, precisamente, quando Marx colocou sob questão os núcleos eurocentristas do seu pensamento, infelizmente sem conseguir encontrar uma relação eficaz para os problemas epistémicos e teóricos implicados. Admite, pois, leituras heterogéneas. Mas o materialismo histórico, sobretudo na sua versão marxista-leninista, pretendeu, não sem êxito, fazê-la passar como uma obra sistematicamente homogénea e impor a sua própria leitura no sentido de ser admitido como o único legítimo herdeiro.

É sabido que Marx referiu expressamente que não era o descobridor das classes sociais, nem das suas lutas, uma vez que historiadores e economistas burgueses já o tinham feito antes (Marx, 1947: 71-74). Mas, embora Marx, curiosamente, não a mencione,<sup>16</sup> não há qualquer dúvida que foi na obra de

<sup>14</sup> Sobre estes autores veja-se especialmente Poulantzas, 1968; Wright, 1978, 1985.

<sup>15</sup> Acerca do marxo-positivismo veja-se Shanin, 1984. Da avassaladora influência do estruturalismo francês no materialismo histórico depois da Segunda Guerra Mundial, a obra de Althusser e dos althusserianos é uma convincente e conhecida demonstração. E do devastadora que chegou a ser entre alguns deles, seguramente um notório exemplo é a obra de Hindess e Hirst, 1975.

<sup>16</sup> Não se pode passar por alto a intrigante ausência em Marx de quase toda a menção

Claude Henri de Saint-Simon e dos saintsimonianos que foram formulados pela primeira vez, muito antes de Marx, no início do século XIX, os elementos básicos daquilo que um século depois será conhecido como a teoria das classes sociais do materialismo histórico. Em particular na famosa *Exposition de la Doctrine*, publicada em 1828 pela chamada esquerda saintsimoniana, de larga influência no debate social e político durante boa parte do século XIX. Vale a pena recordar um dos seus notáveis trechos:

*A exploração do homem pelo homem que tínhamos demonstrado no passado sob a sua forma mais directa, a mais grosseira, a escravidão, continua em muito alto grau nas relações entre proprietários e trabalhadores, entre patrões e assalariados; está-se longe, sem dúvida, da condição em que estas classes estão colocadas hoje em dia, à aquela em que se encontravam no passado amos e escravos, patrícios e plebeus, servos e senhores. Poderia parecer inclusive, à primeira vista, que não poderia fazer-se entre aquelas nenhuma comparação. Não obstante, deve reconhecer-se que uns não são mais que a prolongação dos outros. A relação do patrão com o assalariado é a última transformação que sofreu a escravidão. Se a exploração do homem pelo homem não tem mais esse carácter brutal que revestia na antiguidade; se ela não se oferece mais aos nossos olhos senão sob uma forma suavizada, não é por isso menos real. O operário não é, como o escravo, uma propriedade directa do seu patrão; a sua condição, sempre precária, está fixada sempre por uma transacção entre eles: mas essa transacção é livre da parte do operário? Não é, uma vez que está obrigado a aceitar sob pena de vida, reduzido como está a esperar a sua comida de cada dia nada mais que do seu trabalho da véspera.*

O texto prossegue pouco depois dizendo que

*As vantagens de cada posição transmitem-se hereditariamente; os economistas tiveram de constatar um dos aspectos deste facto, a herança da miséria, ao reconhecer a*

---

do pensamento saintsimoniano, especialmente da *Exposition de la Doctrine*, tanto mais pelo facto que usou todos os conceitos básicos e a terminologia dessas obras: a lista de classes sociais antagónicas que encabeça o Cap. I do Manifesto, está já integrada na *Exposition* (amos e escravos, patrícios e plebeus, senhores e servos), assim como classe operária, trabalhadores assalariados, proletários. Além disso, não é necessário forçar nada a *Exposition* para encontrar que toda a perspectiva da relação entre classes sociais e história e entre a exploração da classe operária ou proletariado e a revolução para pôr ponto final a todas as formas de exploração, estão já formuladas ali antes de reaparecer para a posteridade como as chaves da teoria revolucionária do materialismo histórico. Nesse sentido, o reconhecimento por Engels (*Do Socialismo Utópico ao Socialismo Científico*) da ‘genial perspicácia’ de Saint-Simon enquanto o coloca entre os ‘socialistas utópicos’, é tardio e interessado.

*existência na sociedade de uma classe de 'proletários'. Hoje em dia, uma massa imensa de trabalhadores é explorada pelos homens cuja propriedade utilizam. Os chefes de indústria sofrem eles mesmos, nas suas relações com os proprietários, esta exploração, mas num grau incomparavelmente menor; por sua vez, eles participam da exploração que recai com todo o seu peso sobre a classe operária, ou seja, sobre a imensa maioria dos trabalhadores.*<sup>17</sup>

As tensões que origina a divisão de classes da sociedade, dizem os autores, só poderão saldar-se com uma revolução inevitável que porá termo a todas as formas de exploração do homem pelo homem.

É sem dúvida notável, e não pode ser negado, que nesses parágrafos esteja já contido virtualmente todo o registo de ideias que serão incorporadas à teoria das classes sociais do materialismo histórico. Entre as principais dstingo: 1) A ideia de sociedade enquanto uma totalidade orgânica, a partir de Saint-Simon, eixo ordenador de toda uma perspectiva de conhecimento histórico-social e de que o materialismo histórico será a principal expressão. 2) O próprio conceito de *classes sociais*, referido a franjas de população homogeneizadas pelos seus respectivos lugares e papéis nas relações de produção da sociedade. 3) A exploração do trabalho e o controlo da propriedade dos recursos de produção como o fundamento da divisão da sociedade em classes sociais. Em Marx formarão mais tarde parte do conceito de relações de produção. 4) A nomenclatura das classes sociais cunhada a partir desse postulado, amos e escravos, patrícios e plebeus, senhores e servos, industriais e operários. 5) A perspectiva evolucionista, unidireccional, da história como sucessão de tais sociedades de classe, as quais no materialismo histórico serão conhecidas como 'modos de produção'. 6) A relação entre as classes sociais e a revolução final contra toda a exploração, não muito depois chamada revolução 'socialista'.

Não se esgotam ali as notáveis coincidências com o materialismo histórico a respeito da questão das classes sociais. Para um texto escrito depois de 300

---

<sup>17</sup> A *Doctrine de Saint-Simon* (1924), é também conhecida como *Exposição da Doutrina*, tendo sido publicada por Bazard e Enfantin (o chamado Papa Saintsimoniano) antes de que as suas frustrações com a Igreja Saintsimoniana os levassem a dedicar-se às grandes construções e Enfantin a montar as bases do sistema bancário francês. Acerca do pensamento de Saint-Simon e dos saintsimonianos, veja-se Quijano, 1964a). Outro texto dessa mesma época em que já está formulada a ideia de classes é *L'Union Ouvrière*, de Flora Tristan, a franco-peruana que, depois da sua frustrante estadia no Peru, no início do século XIX, se transformou numa agitadora e organizadora dos trabalhadores franceses.

anos de história do capitalismo mundial eurocentrado e colonial/moderno, não pode deixar de ser chamativa a sua cegueira absoluta a respeito de:

1) A coexistência e a associação, sob o capitalismo, de todas as formas de exploração/dominação do trabalho; 2) que, conseqüentemente, mesmo reduzindo as classes sociais apenas às relações de exploração/dominação em torno do trabalho, no mundo do capitalismo não existiam somente as classes sociais de ‘industriais’, de um lado, e a de ‘operários’ ou ‘proletários’ do outro, mas também a de ‘escravos’, ‘servos’ e ‘plebeus’, ‘camponeses livres’; 3) sobre o facto de que as relações de dominação originadas na experiência colonial de ‘europeus’ ou ‘brancos’ e ‘índios’, ‘negros’, ‘amarelos’ e ‘mestiços’, implicavam profundas relações de poder que naquele período, por estarem tão estreitamente ligadas às formas de exploração do trabalho, pareciam ‘naturalmente’ associadas entre si; 4) que em consequência, a relação capital-salário não era o único eixo do poder, nem sequer na economia; 5) que havia outros eixos do poder que existiam e actuavam em meios que não eram somente económicos, como a ‘raça’, o género e a idade; 6) que, conseqüentemente, a distribuição de poder entre a população de uma sociedade não provinha exclusivamente das relações em torno do controlo do trabalho, nem se reduzia a elas.

O movimento da indagação de Marx sobre as classes sociais, não foi provavelmente alheio ao debate dos saintsimonianos. Mas, juntamente com as suas similaridades, tem também notáveis diferenças que aqui apenas é pertinente assinalar.

Em primeiro lugar, Marx manteve-se, é verdade, até quase final do seu trabalho, dentro da mesma perspectiva saintsimoniana, eurocêntrica, de uma sequência histórica unilinear e unidireccional de sociedades de classe. Contudo, como muito bem se sabe agora, ao ir-se familiarizando com as investigações históricas e com o debate político dos ‘populistas’ russos, percebeu que essas unidireccionalidade e unilinearidade deixavam fora da história outras experiências históricas decisivas. Chegou, assim, a ser consciente do eurocentrismo da sua perspectiva histórica. Mas não chegou a dar o salto epistemológico correspondente. O materialismo histórico posterior escolheu condenar e omitir esse trecho da indagação de Marx e agarrou-se dogmaticamente ao mais eurocentrista da sua herança (Shanin, 1984).

Por outro lado, também é verdade, como todo o mundo adverte, que há uma distinção perceptível entre a visão de Marx das relações de classe implicadas na sua teoria sobre o Capital e a que subjaz aos seus estudos históricos. O *Capital* nessa teoria é uma relação social específica de produção, cujos dois termos fundamentais são os capitalistas e os operários. Os primeiros, são os



que controlam essa relação. Nessa qualidade, são ‘funcionários’ do Capital. São os dominantes dessa relação. Mas fazem-no no seu próprio, privado, benefício. Nessa qualidade, são exploradores dos operários. Desse ponto de vista, ambos os meios são as classes fundamentais do Capital. Por outro lado, no entanto, e sobretudo na análise da conjuntura francesa, especialmente em *O 18 do Brumário de Luís Bonaparte*, Marx dá conta de várias classes sociais que, segundo as condições do conflito político-social, emergem, consolidam-se ou se retiram de cena: burguesia comercial, burguesia industrial, proletariado, grandes latifundiários, oligarquia financeira, pequena burguesia, classe média, lumpen-proletariado, grande burocracia. Também adverte, nas *Teorias da Mais Valia*, que David Ricardo se esquece de enfatizar o constante crescimento das classes médias.<sup>18</sup>

O materialismo histórico posterior, especialmente na sua versão marxista-leninista, manipulou as diferenças na indagação marxiana através de três propostas. A primeira é que as diferenças se devem ao nível da abstracção, teórico em *O Capital* e no histórico-conjuntural em *O 18 do Brumário*. A segunda é que essas diferenças são, além disso, transitórias, uma vez que no desenvolvimento do Capital a sociedade tenderá, de todos os modos, a polarizar-se nas duas classes sociais fundamentais.<sup>19</sup> A terceira é que a teoria de *O Capital* implica que se trata de uma relação social estruturada independentemente da consciência e da vontade das pessoas e que, consequentemente, estas se encontram distribuídas nesta relação de maneira necessária e inevitável, por uma legalidade histórica que as excede. Nessa visão, as classes sociais são apresentadas como estruturas dadas pela natureza da relação social; os seus ocupantes são portadores das suas determinações e, portanto, os seus comportamentos deveriam expressar essas mesmas determinações estruturais.<sup>20</sup>

A primeira proposta tem confirmação nas próprias palavras de Marx. Assim, já no famoso e inacabado Capítulo sobre as Classes, do vol. III de *O Capital*, Marx defende que “os proprietários de simples força de trabalho, os pro-

<sup>18</sup> Apud Nicolaus, 1967.

<sup>19</sup> Não é outro, obviamente, o sentido da polémica obra de Lenine contra os ‘populistas’ russos, na sua obra *O Desenvolvimento do Capitalismo na Rússia*. Mas também o de alguns sociólogos da ‘sociedade industrial’, em particular Dahrendorf (1959).

<sup>20</sup> A que foi durante mais de meio século considerada como a mais autoritária de tais propostas é a de Lenine, no conhecido trabalho *Uma Grande Iniciativa* (Marx, Engels, *Marxismo*. Moscovo: Editorial Progresso).

*prietários de capital e os proprietários de terras, cujas respectivas fontes de ingressos são os salários, o lucro e a renda do solo, ou seja, os operários assalariados, os capitalistas e os latifundiários, constituem as três grandes classes da sociedade moderna, baseada no regime capitalista de produção*". Contudo, verifica que nem sequer em Inglaterra, não obstante ser a mais desenvolvida e 'clássica' das modernas sociedades capitalistas, "*se apresenta em toda a sua pureza esta divisão da sociedade em classes*", já que as classes médias e os estratos intermédios não deixam que sejam nítidas as linhas de separação entre classes. Mas imediatamente adverte que isso será depurado pelo progresso da lei do desenvolvimento capitalista que leva continuamente à polarização entre as classes fundamentais (Marx, 1966: vol. I: 607, ss).

Com *O 18 do Brumário* acontece, no entanto, uma dupla deslocação de problemática e perspectiva, que não se pode explicar somente porque se tratar de uma análise histórico-conjuntural. No movimento de reflexão marxiana, estão implícitas, de um lado, a ideia de que na sociedade francesa desse tempo não existe só o salário, mas várias e diversas outras formas de exploração do trabalho, todas articulados sob domínio do capital e em seu benefício. De algum modo, isso é um prelúdio à diferenciação entre capital (relação entre capital e salário) e o capitalismo (relações heterogêneas entre capital e todas as outras formas de trabalho), que confronta antecipadamente a teoria da articulação de modos de produção, produzida mais tarde pelo materialismo histórico. Por outro lado, a ideia segundo a qual as classes se formam, se desintegram ou se consolidam, parcial e temporalmente ou de modo definido e permanente, segundo o curso das lutas concretas das pessoas concretas disputando o controlo de cada meio do poder. Não são estruturas, nem categorias, anteriores a tais conflitos.

Essa linha de reflexão de Marx também está presente em *O Capital*, apesar de todas as suas conhecidas ambiguidades. Por isso, a terceira proposta estabelece uma diferença básica entre a perspectiva marxiana e a do materialismo histórico. Enquanto neste as classes sociais são ocupantes de um género de nichos estruturais onde as pessoas são colocadas e distribuídas em função das relações de produção, em Marx trata-se de um processo histórico concreto de classificação das pessoas. Ou seja, um processo de lutas em que uns conseguem submeter outros na disputa pelo controlo do trabalho e dos recursos de produção. Por outras palavras, as relações de produção não são externas, nem anteriores, às lutas das gentes, mas o resultados das lutas entre as pessoas pelo controlo do trabalho e dos recursos de produção, das vitórias de uns e das derrotas de outros e como resultado das quais se colocam e/ou são colocadas

ou classificadas. Essa é, sem dúvida, a proposta teórica implicada no famoso capítulo sobre a chamada Acumulação Primitiva.<sup>21</sup> De outro modo, a linha de análise de *O 18 do Brumário de Luís Bonaparte*, não faria sentido.

Na linha marxiana, conseqüentemente, as classes sociais não são estruturas, nem categorias, mas relações históricas, historicamente produzidas e nesse específico sentido historicamente determinadas, mesmo quando essa visão está reduzida a um só dos meios do poder, o trabalho. Por outro lado, no materialismo histórico, tal como assinala E. P. Thompson (1963), prolonga-se a visão ‘estática’, ou seja, ahistórica, que determina às classes sociais a qualidade das estruturas estabelecidas por relações de produção que se revelam por fora da subjectividade e das acções das pessoas, ou seja, antes de toda a história.

O materialismo histórico reconheceu, depois da Segunda Guerra Mundial, que a sua visão evolucionista e unidireccional das classes sociais e das sociedades de classe, apresentava problemas pendentes complicados. Em primeiro lugar, pela reiterada comprovação de que mesmo nos ‘centros’, algumas ‘classes pré-capitalistas’, a classe camponesa em particular, não saíam, nem pareciam dispostas a sair da cena histórica do ‘capitalismo’, enquanto outras, as classes médias, tendiam a crescer conforme o capitalismo se desenvolvia. Em segundo lugar, porque não era suficiente a visão dualista da passagem entre ‘pré-capitalismo’ e ‘capitalismo’ em relação às experiências do ‘Terceiro Mundo’, onde configurações de poder muito complexas e heterogêneas não correspondem às sequências e etapas esperadas na teoria eurocêntrica do capitalismo. Mas, porque não foi possível conseguiu encontrar uma saída teórica a partir da experiência histórica, apenas se chegou à proposta de ‘articulação de modos de produção’, sem se abandonar a ideia da sequência entre eles. Ou seja, tais ‘articulações’ não deixam de ser conjunturas da transição entre os modos ‘pré-capitalistas’ e o ‘capitalismo’.<sup>22</sup> Doutro

---

<sup>21</sup> Veja-se Marx, 1966: vol I, cap. XXIV.

<sup>22</sup> Essa linha caracterizou as investigações e os debates científico-sociais entre os marxistas estruturalistas franceses, sobretudo durante os anos 70 (entre outros, Pierre Philippe Rey, Claude Meillassoux). Em inglês, veja-se a compilação de Harold Wolp (1973). Na América Latina, uma parte dos investigadores optou por uma perspectiva diferente, segundo a qual o capitalismo é uma estrutura de exploração/dominação onde se articulam todas as formas historicamente conhecidas de exploração do trabalho, em torno de um eixo comum: as relações capital-salário. É a linha seguida nos meus próprios trabalhos, por exemplo, Quijano 1964b, 1966, 1969, e 1978.

modo, consistem na coexistência – obviamente transitória – do passado e do presente da sua visão histórica!

Ao materialismo histórico é-lhe alheia e hostil a ideia de que não se trata mais de ‘modos de produção’ articulados, mas do capitalismo como estrutura mundial de poder dentro do qual e ao seu serviço se articulam todas as formas historicamente conhecidas de trabalho, de controlo e de exploração do trabalho. Mas é assim, apesar de tudo, como existe o poder capitalista mundial, colonial/moderno. E isso é finalmente visível para todos no momento da globalização.

### **5. O Conceito de Classe: da ‘Natureza’ à ‘Sociedade’?**

A ideia de ‘classe’ foi introduzida nos estudos sobre a ‘natureza’ ainda antes de ser sobre a ‘sociedade’. Foi o ‘naturalista’ sueco Linneo o primeiro a usá-la na sua famosa ‘classificação’ botânica do século XVIII. Ele descobriu que era possível classificar as plantas segundo o número e a disposição dos estames das flores porque estas tendem a permanecer sem alterações no decurso da evolução.<sup>23</sup>

Não parece ter sido, e provavelmente não foi, basicamente diferente a maneira de conhecer que levou, primeiro, os historiadores franceses do século XVIII, e depois os saintsimonianos das primeiras décadas do século XIX, a diferenciar ‘classes’ de gentes na população europeia. Para Linneo as plantas estavam ali, no ‘reino vegetal’, dadas, e a partir de algumas das suas características empiricamente diferenciáveis, podiam ser ‘classificadas’. Os que estudavam e debatiam a sociedade da Europa Centro-Nórdica no final do século XVIII e no início do século XIX, aplicaram a mesma perspectiva às pessoas e verificaram que era possível ‘classificá-las’ também a partir das suas características mais constantes e diferenciáveis (empiricamente, o seu lugar nos pares riqueza e pobreza, mando e obediência). Foi uma descoberta saintsimoniana verificar que a fonte principal dessas diferenças estava no controlo do trabalho e seus produtos e dos recursos da natureza empregues no trabalho. Os teóricos do materialismo histórico, desde o fim do século XIX, não produziram rupturas ou mutações decisivas quanto a esta perspectiva de conhecimento.

---

<sup>23</sup> Carlos de Linneo (Carolus Linnaeus em latim e em sueco Carl Von Linné [1707-1778]) foi o primeiro a elaborar um sistema de classificação dos organismos, em primeiro lugar para a botânica (Larson, 1971).

Obviamente, ao transferir o substantivo *classe* do mundo da ‘natureza’ para o da ‘sociedade’, era indispensável associá-lo com um adjetivo que legitimasse essa deslocação: a classe deixa de ser botânica e transforma-se em *social*. Mas esta deslocação foi basicamente semântica. O novo adjetivo não podia ser capaz, por si só, quer de cortar o cordão umbilical que amarrava o recém-nascido conceito ao ventre naturalista, quer de lhe proporcionar uma atmosfera epistêmica alternativa para o seu desenvolvimento. No pensamento eurocêntrico, herdeiro do Iluminismo Continental,<sup>24</sup> a sociedade era um organismo, uma ordem dada e fechada. E as classes sociais foram pensadas como categorias já dadas na ‘sociedade’ como acontecia com as classes de plantas na ‘natureza’.

Deve ter-se em conta, em relação a estas questões, que outros termos têm a mesma origem naturalista, comum: *estrutura, processos, organismo*, termos que no eurocentrismo passam ao conhecimento social com as mesmas amarras cognitivas que o termo *classe*. A óbvia vinculação entre a ideia eurocêntrica das classes sociais com as ideias de estrutura como uma ordem dada na sociedade, e de processo como algo que tem lugar numa estrutura, e de todas elas com as ideias organísticas e sistêmicas da ideia de totalidade, ilumina claramente a persistência nelas de todas as marcas cognoscitivas da sua origem naturalista e através delas, da sua duradoira impressão sobre a perspectiva eurocêntrica no conhecimento histórico-social.

Não se poderia entender, nem explicar, de outro modo, a ideia do materialismo histórico ou a dos sociólogos da ‘sociedade industrial’, segundo a qual as pessoas são ‘portadoras’ das determinações estruturais de classe e devem conseqüentemente agir segundo elas. Os seus desejos, preferências, intenções, volições, decisões e acções são configurados segundo essas determinações e devem responder a elas.

O problema criado pela inevitável distância entre o pressuposto e a subjectividade e a conduta externa das gentes assim ‘classificadas’, sobretudo entre às ‘classes’ dominadas, encontrou no materialismo histórico uma impossível solução: tratava-se de um problema da consciência e este podia ser ou levado até aos intelectuais (Kautsky – Lenine), tal como o pólen é levado às plantas pelas abelhas; ou ir-se elaborando e desenvolvendo numa

---

<sup>24</sup> Sobre esta distinção veja-se o meu texto de 1988, especialmente o capítulo intitulado *Lo Público y lo Privado: un Enfoque Latinoamericano*.

progressão orientada para uma impossível ‘consciência possível’ (Lukacs, 1923).<sup>25</sup>

## 6. Reduccionismo e Ahistoricidade na Teoria Eurocêntrica das Classes Sociais

A marca naturalista, positivista e marxo-positivista da teoria eurocêntrica das classes sociais implica também duas questões cruciais: 1) Na sua origem, a teoria das classes sociais está pensada exclusivamente sobre a base da experiência europeia a qual, por sua vez, está pensada, obviamente, segundo a perspectiva eurocêntrica, ou seja, distorcida. 2) Por essa mesma razão, para os saintsimonianos e para os seus herdeiros do materialismo histórico, as únicas diferenças que são percebidas entre os europeus como realmente significativas – uma vez abolidas as hierarquias nobiliárias pela Revolução Francesa – referem-se à riqueza/pobreza e ao mando/obediência. E essas diferenças remetem, por um lado, ao lugar e aos papéis das pessoas em relação ao controlo do trabalho e dos recursos que na natureza servem para trabalhar, o que será a seu tempo nomeado como ‘relações de produção’. Por outro lado, aos lugares e papéis das pessoas no controlo da autoridade e, conseqüentemente, do Estado. As outras diferenças que na população europeia dos séculos XVIII e XIX estavam vinculadas a diferenças de poder, principalmente de sexo e idade, nessa perspectiva são vistas como ‘naturais’, ou seja, fazem parte da classificação na ‘natureza’.

Por outras palavras, a teoria eurocêntrica sobre as classes sociais, e não somente no materialismo histórico marxo-positivista, ou entre os weberianos ou nos descendentes de ambos, mas no próprio Marx, é reducionista: refere-se única e exclusivamente a um único dos meios do poder: o controlo

---

<sup>25</sup> Esta ideia tem um curioso paralelo com a proposta scheleriana de uma relação entre a conduta individual e um reino de ‘valores’, de carácter ahistórico, mas ‘material’, ou seja, ‘real’. Em Luckacs, a ‘consciência possível’ tem para a ‘classe’ uma função referencial de horizonte de orientação e exemplaridade, nunca plenamente conseguido na história concreta, como em Scheler a tem o ‘valor’ a respeito da conduta individual. A ‘consciência possível’ lukacsiana habita, pois, um reino tão ahistórico como os ‘valores’ schelerianos. Não é pois coincidência acidental, uma vez que Max Scheler (1916), não obstante a sua filiação fenomenológica enquanto esteve concentrado nessa especulação, apelou também a Hegel e a Marx como referências fundamentais em *O Formalismo na Ética e a Ética dos Valores*.

do trabalho e dos seus recursos e produtos. E isso é especialmente notável sobretudo em Marx e nos seus herdeiros, uma vez que, não obstante, o seu propósito formal seja estudar, entender e alterar ou destruir o poder na sociedade, todas as outras instâncias da existência social onde se formam relações de poder entre as pessoas não são consideradas em absoluto ou são consideradas apenas como derivativas das ‘relações de produção’ e determinadas por elas.

Tudo isso significa que a ideia de classes sociais é elaborada no pensamento eurocêntrico, entre o fim do século XVIII e o fim do século XIX, quando a percepção da totalidade a partir da Europa, nessa altura o ‘centro’ do mundo capitalista, tinha já sido definitivamente organizada como uma dualidade histórica: a *Europa* (e neste caso sobretudo a Europa Central e Inglaterra) e a *Não-Europa*. E esta dualidade implicava, além do mais, que muito de tudo o que era a Não-Europa, ainda que existisse no mesmo cenário temporal, na realidade correspondia ao passado de um tempo linear cujo ponto de chegada era (é), obviamente, a Europa.

Na Não-Europa existiam nesse mesmo tempo, século XIX, todas as formas não-salariais do trabalho. Mas desde o saintsimonismo até hoje, no eurocentrismo são o passado ‘pré-capitalista’ ou ‘pré-industrial’. Ou seja, essas classes sociais são ‘pré-capitalistas’ ou não existem. Na Não-Europa tinham sido impostas identidades ‘raciais’ não-europeias ou ‘não-brancas’. Mas elas, como a idade ou o género entre os ‘europeus’, correspondem a diferenças ‘naturais’ de poder entre ‘europeus’ e ‘não-europeus’. Na Europa estavam em formação ou já estavam formadas as instituições ‘modernas’ de autoridade: os ‘estados-nação modernos’ e as suas respectivas ‘identidades’. Na Não-Europa só eram percebidas as tribos e as etnias, ou seja, o passado ‘pré-moderno’.

Estes elementos ‘pré-modernos’ destinavam-se a ser substituídos no futuro por Estados-Nação-como-na Europa. A Europa é civilizada. A Não-Europa é primitiva. O sujeito racional é Europeu. A Não-Europa é objecto de conhecimento. Como corresponde, a ciência que estudará os Europeus chamar-se-á ‘sociologia’. A que estudará os Não-Europeus chamar-se-á ‘etnografia’.

### **7. Teoria das Classes Sociais ou Teoria da Classificação Social?**

Nesta altura do debate não é, pois, suficiente mantermo-nos nos conhecidos parâmetros, porque isso não esgota a questão, nem resolve os problemas colocados ao conhecimento e à acção. Limitarmo-nos a insistir que é necessário historizar a questão das classes sociais, ou seja, fazer uma referência à

história concreta de pessoas concretas, em vez de manter uma visão 'estática' ou ahistórica das classes sociais, ou pôr Weber no lugar de Marx, ou ainda explorar os seus entrecruzamentos viáveis como costuma acontecer na sociologia escolar, passou a ser inoportuno. Em qualquer dessas opções e em todas juntas, trata-se somente de classificar as pessoas por algumas das suas características diferenciais, não havendo realmente nada fundamental a ganhar se são estas ou aquelas características que se escolhem, ou devem ser escolhidas, para que a operação classificatória seja menos 'ideológica' e se torne mais 'objectiva'.

Com a classificação dos elementos da 'natureza' o que importava era, como correspondia à racionalidade cartesiana, descobrir as 'propriedades' que 'definem', ou seja, distinguem e ao mesmo tempo relacionam com determinados 'objectos' entre si ou, por outras palavras, os distinguem individualmente e mostram o seu género próximo e a sua diferença específica. Mas com a questão das classes sociais, o que realmente está em jogo – e esteve desde o início no propósito de quem introduziu a ideia –, é algo radicalmente diferente: a questão do poder na sociedade. E o problema é que nenhuma daquelas opções, nem juntas, nem separadas, está apta para permitir apreender e indagar a constituição histórica do poder, muito menos a do poder capitalista, mundial e colonial/moderno. Por tudo isso, é pertinente sair da teoria eurocêntrica das classes sociais e avançar para uma teoria histórica de classificação social. O conceito de classificação social, nesta proposta, refere-se aos processos de longo prazo nos quais os indivíduos disputam o controlo dos meios básicos de existência social e de cujos resultados se configura um padrão de distribuição do poder centrado em relações de exploração/dominação/conflito entre a população de uma sociedade e numa história determinada.

Já foi assinalado que o poder, nesta perspectiva, é uma malha de relações de exploração/dominação/conflito que se configuram entre as pessoas na disputa pelo controlo do trabalho, da 'natureza', do sexo, da subjectividade e da autoridade. Portanto, o poder não se reduz às 'relações de produção', nem à 'ordem e autoridade', separadas ou juntas. E a classificação social refere-se aos lugares e aos papéis das gentes no controlo do trabalho, dos seus recursos (incluindo os da 'natureza') e seus produtos; do sexo e seus produtos; da subjectividade e dos seus produtos (antes de tudo o imaginário e o conhecimento); e da autoridade, dos seus recursos e dos seus produtos.

Nesse sentido específico, qualquer teoria possível de classificação social das pessoas exige necessariamente um indagar na história sobre as condições



e as determinações de uma dada distribuição de relações de poder numa dada sociedade. Porque é essa distribuição de poder entre as pessoas de uma sociedade o que as *classifica socialmente*, determinando as suas recíprocas relações e gera as suas diferenças sociais, já que as suas características empiricamente observáveis e diferenciáveis são resultados dessas relações de poder, dos seus sinais e das suas marcas. Pode-se partir destas para um primeiro momento e um primeiro nível de apreensão das relações de poder, mas não tem sentido fazer residir nelas a natureza do seu lugar na sociedade. Ou seja, a sua *classe social*.

### **8. A Heterogeneidade da Classificação Social**

Na América, no capitalismo mundial, colonial/moderno, os indivíduos classificam-se e são classificados segundo três linhas diferentes, embora articuladas numa estrutura global comum pela colonialidade do poder: trabalho, raça, género. A idade não chega a ser inserida de modo equivalente nas relações sociais de poder, mas sim em determinados meios do poder. Esta articulação estrutura-se em torno de dois eixos centrais: o controlo de produção de recursos de sobrevivência social e o controlo da reprodução biológica da espécie. O primeiro implica o controlo da força de trabalho, dos recursos e produtos do trabalho, o que inclui os recursos ‘naturais’ e se institucionaliza como ‘propriedade’. O segundo, implica o controlo do sexo e dos seus produtos (prazer e descendência), em função da ‘propriedade’. A ‘raça’ foi incorporada ao capitalismo eurocentrado em função de ambos os eixos. E o controlo da autoridade organiza-se para garantir as relações de poder assim configuradas.

Nesta perspectiva, as ‘classes sociais’ resultantes são heterogéneas, descontínuas e conflituosas. E estão articuladas também de modo heterogéneo, descontínuo e conflituoso. A colonialidade do poder é o eixo que as articula numa estrutura comum do poder, como será demonstrado mais adiante. Enquanto todos os elementos que concorrem para a constituição de um padrão de poder são de origem, forma e carácter descontínuos, heterogéneos, contraditórios e conflituosos no espaço e no tempo – ou seja, mudam ou podem mudar em cada uma dessas instâncias em função das suas cambiantes relações com cada um dos outros –, as relações de poder não são, e não podem ser, um género de nichos estruturais pré-existentes pelos quais as pessoas são distribuídas, e que assumem estas ou aquelas características, e onde as pessoas se comportam ou devem comportar-se harmonicamente.

O modo como as pessoas chegam a ocupar total ou parcialmente, transitória ou estavelmente, um lugar e um papel em relação ao controlo das instâncias centrais do poder, é conflituoso. Ou seja, consiste numa disputa, violenta ou não, em derrotas e em vitórias, em resistências e em avanços e retrocessos. Acontece em termos individuais e/ou colectivos, com lealdades e traições, persistências e deserções. E uma vez que toda a estrutura de relações é uma articulação de meios e dimensões descontínuos, heterogéneos e conflituosos, os lugares e os papéis não têm necessariamente nem podem ter as mesmas colocações e relações em cada meio da existência social, ou ainda a cada momento do respectivo espaço/tempo. Ou seja, os indivíduos podem ter, por exemplo, um lugar e um papel em relação ao controlo do trabalho e outro diferente e até oposto em relação ao controlo do sexo ou da subjectividade, ou nas instituições de autoridade. E nem sempre os mesmos no decurso do tempo.

Deste ponto de vista, a ideia eurocêntrica que os indivíduos num dado momento de um padrão de poder ocupam certos lugares e exercem certos papéis, e que por isso constituam uma comunidade ou um sujeito histórico, aponta numa direcção historicamente inconclusiva. Semelhante ideia só seria admissível se fosse possível admitir também que tais indivíduos ocupassem lugares e cumprissem papéis simetricamente consistentes entre si em cada uma das instâncias centrais do poder.

A distribuição dos indivíduos nas relações de poder tem, consequentemente, o carácter de processos de classificação, desclassificação e reclassificação social de uma população, ou seja, daquela distinção que ocorre num padrão societal de poder de longa duração. Não se trata aqui somente do facto que as pessoas mudam e possam mudar o seu lugar e os seus papéis num padrão de poder, mas que tal padrão está sempre em questão, uma vez que os indivíduos disputam constantemente o tempo e os recursos, razões e necessidades desses conflitos nunca são os mesmos a cada momento de uma longa história. Por outras palavras, o poder está sempre em estado de conflito e em processos de distribuição e de redistribuição. Os seus períodos históricos podem ser diferenciados, precisamente, em relação a tais processos.

### **9. A Produção do Sujeito Colectivo**

Não cabe aqui um debate mais focalizado sobre a questão do 'sujeito histórico', tal como este foi colocado pelas correntes pós-modernistas.

Por agora, creio ser necessário indicar, apenas, em primeiro lugar, o meu cepticismo em relação à noção de 'sujeito histórico' porque remete,

talvez inevitavelmente, para a herança hegeliana não de todo 'invertida' no materialismo histórico. Ou seja, a um certo olhar teleológico da história a um 'sujeito' orgânico ou sistémico portador do movimento respectivo, orientado numa direcção já determinada. Tal 'sujeito' só pode existir, em qualquer caso, não como histórico, mas, pelo contrário, como metafísico.

Por outro lado, a simples negação de toda a possibilidade de subjectificação de um conjunto de indivíduos, da sua constituição como sujeito colectivo sob certas condições e durante um certo tempo, vai directamente contra a experiência histórica, se não se admitir que o que se pode chamar 'sujeito', não só colectivo, mas até mesmo individual, é sempre constituído por elementos heterogéneos e descontínuos, e que se transforma numa unidade só quando esses elementos se articulam em torno de um eixo específico, sob condições concretas, em relação a necessidades concretas, e de modo transitório.

De uma proposta alternativa ao eurocentrismo não se depreende, consequentemente, que uma população afectada, num momento e numa forma do processo de classificação social, não chegue a ter os traços de um grupo real, de uma comunidade e de um sujeito social. Mas tais traços só se constituem como parte e resultado de uma história de conflitos, de um padrão de memória associado a essa história e que é entendido como uma identidade e que produz uma vontade e uma decisão de entrançar as heterogéneas e descontínuas experiências particulares numa articulação subjectiva colectiva, que se constitui num elemento das relações reais materiais. As lutas colectivas de sectores de trabalhadores, que chegam a organizar-se em sindicatos, em partidos políticos; ou as de identidades chamadas 'nacionais' e/ou 'étnicas'; de comunidades inclusive muito mais amplas que se agrupam como identidades religiosas e que perduram por longos prazos, são exemplos históricos de tais processos de subjectificação de amplas e heterogéneas populações, que são inclusive descontínuos no tempo e no espaço. E, muito notoriamente, aquelas identidades que chegaram a constituir-se nos últimos 500 anos, precisamente, em torno das 'raças'.<sup>26</sup>

Contudo, nem todos os processos de subjectificação social ou de constituição de sujeitos colectivos podem ser reconhecidos como processos de

---

<sup>26</sup> Há uma questão maior por indagar sistematicamente nessa experiência histórica: que os eixos de articulação que levam populações heterogéneas e descontínuas a identificarem-se diferencialmente de outras de modo muito intenso e muito prolongado, têm carácter místico-social: religioso, nacional, étnico, racial.

classificação societal. E nalguns dos casos estamos perante problemas restritos de formação de identidades, de um processo identitário que não coloca em questão, de maneira alguma, essas instâncias de poder societal. *Da nossa perspectiva, só os processos de subjectificação cujo sentido é o conflito em torno da exploração/dominação, constituem um processo de classificação social.*

No capitalismo mundial, são a questão do trabalho, da ‘raça’ e do ‘género’, as três instâncias centrais a respeito das quais se ordenam as relações de exploração/dominação/conflito. Portanto, os processos de classificação social consistirão, necessariamente, em processos onde essas três instâncias se associam ou se dissociam em relação ao complexo exploração/dominação/conflito. Das três instâncias, é o trabalho, ou seja, a exploração/dominação, o que se coloca como o meio central e permanente. A dominação torna possível a exploração e não a encontramos actuando separadamente senão em casos raros. As outras instâncias são, antes do mais, instâncias de dominação, já que a exploração sexual, especificamente, é descontínua. Ou seja, enquanto a relação de exploração/dominação entre capital-trabalho é contínua, o mesmo tipo de relação homem-mulher não acontece em todos os casos, nem em todas as circunstâncias; neste sentido, não é contínua. Também na relação entre ‘raças’ se trata, antes do mais, de dominação. Finalmente, a articulação entre instâncias de exploração e dominação é heterogénea e descontínua. Da mesma maneira, a classificação social como um processo em que as três instâncias estão associadas/dissociadas tem também, necessariamente, essas características.

Uma ideia, que originalmente foi proposta com claro carácter histórico por Marx, foi depois mistificada pelo materialismo histórico: o *interesse de classe*. Na medida em que a ideia de classe se tornou reducionista e se ahistorizou, o interesse de classe no capitalismo foi reduzido à relação entre capital e salário. Os outros trabalhadores foram sempre vistos como secundários e susceptíveis de ser subordinados aos dos operários assalariados, em particular à chamada classe operária industrial.<sup>27</sup>

O que se passará, no entanto, se se assumir, como é imperativo hoje, que o capitalismo articula e explora os trabalhadores sob todas as formas

---

<sup>27</sup> Não é inútil mencionar aqui que já no *Manifesto Comunista* está explicitamente estabelecido que o “*fantasma do comunismo*” percorre a Europa, e não no resto do mundo, e que a libertação do proletariado depende da acção unida de “*pelo menos dos países mais civilizados*”. Por outras palavras então, europeus ‘ocidentais’ e ‘brancos’. Veja-se a este propósito uma notícia minha, de 1999.

de trabalho e que os mecanismos de dominação usados para esse efeito, ‘raça’, ‘gênero’, são usados diferenciadamente nesse heterogêneo universo de trabalhadores?

Em primeiro lugar, o conceito de interesse de classe requer também ser pensado em termos da sua heterogeneidade histórico-estrutural. Em seguida, é necessário estabelecer, para cada momento e para cada contexto específico, o eixo comum de relação de exploração/dominação/conflito entre todos os trabalhadores, submetidos a todas as formas de trabalho e a todas as formas de dominação, e o capital e os seus funcionários.

Por essas razões, e no que concerne à classificação social ou processos de subjectificação social perante a exploração/dominação, a questão central é a determinação das condições históricas específicas em relação às quais é possível entender os modos, os níveis e os limites da associação dos indivíduos implicados nessas três instâncias (trabalho, ‘gênero’, e ‘raça’), num período e num contexto específicos.

De todos os modos, nenhum processo de classificação social, de subjectificação dos indivíduos perante o capitalismo, poderá ser suficientemente seguro para se reproduzir e se sustentar durante o período necessário para levar às vítimas da exploração/dominação capitalista a sua libertação, se – da perspectiva imediata dos indivíduos concretos implicados –, essas três instâncias forem entendidas e manipuladas de modo separado ou, pior, em conflito. Não é por acaso que manter, acentuar e aprofundar entre os explorados/dominados a percepção dessas diferenciadas situações em relação ao trabalho, à ‘raça’ e ao ‘gênero’, foi e continua a ser, um meio extremamente eficaz dos capitalistas para manter o controlo do poder. A colonialidade do poder tem tido nesta história o papel central.

## **10. Colonialidade do Poder e Classificação Social**

Na história conhecida anterior ao capitalismo mundial pode-se verificar que nas relações de poder, certos atributos da espécie tiveram um papel central na classificação social das pessoas: sexo, idade e força de trabalho são sem dúvida os mais antigos. Da América, acrescentou-se o fenótipo. O sexo e a idade são atributos biológicos diferenciais, ainda que o seu lugar nas relações de exploração/dominação/conflito esteja associado à elaboração desses atributos como categorias sociais. Por outro lado, a força de trabalho e o fenótipo não são atributos biológicos diferenciais. A cor da pele, a forma e a cor do cabelo, dos olhos, a forma e o tamanho do nariz, etc., não têm nenhuma consequência na estrutura biológica do indivíduo e certamente menos ainda nas

suas capacidades históricas. E, do mesmo modo, ser trabalhador ‘manual’ ou ‘intelectual’ não tem relação com a estrutura biológica. Por outras palavras, o papel que cada um desses elementos joga na classificação social, ou seja, na distribuição do poder, não tem nada a ver com a biologia, nem com a ‘natureza’. Tal papel é o resultado das disputas pelo controlo dos meios sociais. Da mesma maneira, a ‘naturalização’ das categorias sociais que dão conta do lugar desses elementos no poder, é um produto histórico-social vazio. O facto de que as características que identificam lugares e papéis nas relações de poder tenham todas a pretensão de ser simplesmente nomes de fenómenos ‘naturais’, possuam ou não alguma referência real na ‘natureza’, é uma indicação muito eficaz de que o poder, todo o poder, requer esse mecanismo subjectivo para a sua reprodução. E é interessante indagar porquê.

Enquanto a produção social da categoria ‘género’ a partir do sexo é, sem dúvida, a mais antiga na história social, a produção da categoria ‘raça’ a partir do fenótipo é relativamente recente e a sua plena incorporação na classificação dos indivíduos nas relações de poder tem apenas 500 anos, começa com a América e a mundialização do padrão de poder capitalista.<sup>28</sup>

As diferenças fenotípicas entre vencedores e vencidos foram usadas como justificação da produção da categoria ‘raça’, embora se trate, antes do mais, de uma elaboração das relações de dominação como tais.<sup>29</sup> A importância e a significação da produção desta categoria para o padrão mundial do poder capitalista eurocêntrico e colonial/moderno dificilmente poderia ser exagerada: a atribuição das novas identidades sociais resultantes e sua distribuição pelas relações do poder mundial capitalista estabeleceu-se e reproduziu-se como a forma básica da classificação societal universal do capitalismo

---

<sup>28</sup> Levaria muito tempo discutir, aqui, extensa e especificamente a questão racial. Remeto para o meu estudo de 1992, “*Raza, Etnia, Nación: Cuestiones Abiertas*”. De facto, a literatura deste debate não pára de crescer. Veja-se, por exemplo, Mack (org.), 1963 e Marks, 1995. Certas almas piedosas quiseram a igualdade entre as ‘raças’, mas juram que estas existem realmente. Assim, em muitas das universidades norte-americanas há cátedras sobre ‘*Race and Ethnicity*’ e Departmento do Interior possui uma prolixa classificação ‘racista/etnicista’, baseada nos traços fonotípicos, sobretudo cor, ainda que o governo federal tenha sido obrigado a admitir a igualdade ‘racial’. E quase todos os indígenas de outros países que estudaram nessas universidades e passaram por esses serviços de migração regressam aos seus países convertidos à religião da ‘color consciousness’ e proclamam a realidade da ‘raça’.

<sup>29</sup> Para uma visão diferente desta problemática, veja-se o texto de Nilma Gomes neste volume.

mundial; estabeleceu-se também como o fundamento das novas identidades geoculturais e das suas relações de poder no mundo. E, também, chegou a ser a parte por detrás da produção das novas relações intersubjectivas de dominação e de uma perspectiva de conhecimento mundialmente imposta como a única racional.

A ‘racialização’ das relações de poder entre as novas identidades sociais e geoculturais foi o sustento e a referência legitimadora fundamental do carácter eurocentrado do padrão de poder, material e intersubjectivo. Ou seja, da sua colonialidade. Converteu-se, assim, no mais específico dos elementos do padrão mundial do poder capitalista eurocentrado e colonial/moderno e atravessou -invadindo – cada uma das áreas da existência social do padrão de poder mundial, eurocentrado, colonial/moderno.

Faz falta estudar e estabelecer de modo sistemático (não sistémico) as implicações da colonialidade do poder no mundo capitalista.<sup>30</sup> Nos limites deste texto, limitar-me-ei a propor um esquema das principais questões.

### *I. Colonialidade da Classificação Social Universal do Mundo Capitalista*

1) O que começou na América foi mundialmente imposto. A população de todo o mundo foi classificada, antes de mais, em identidades ‘raciais’ e dividida entre os dominantes /superiores ‘europeus’ e os dominados/inferiores ‘não-europeus’.

2) As diferenças fenotípicas foram usadas, definidas, como expressão externa das diferenças ‘raciais’. Num primeiro período, principalmente a ‘cor’ da pele e do cabelo e a forma e cor dos olhos. Mais tarde, nos séculos XIX e XX, também outros traços, como a forma da cara, o tamanho do crânio, a forma e o tamanho do nariz.

3) A ‘cor’ da pele foi definida como marca ‘racial’ diferencial mais significativa, por ser mais visível, entre os dominantes/superiores ou ‘europeus’, de um lado, e o conjunto dos dominados/inferiores ‘não-europeus’, do outro.

4) Desse modo, adjudicou-se aos dominadores/superiores ‘europeus’ o atributo de ‘raça branca’ e a todos os dominados/inferiores ‘não-europeus’ o atributo de ‘raças de cor’.<sup>31</sup> A escala de gradação entre o ‘branco’ da ‘raça

---

<sup>30</sup> As questões da colonialidade do poder e do ser são amplamente discutidas nos textos de Ramón Grosfoguel e Nelson Maldonado-Torres, neste volume.

<sup>31</sup> O processo de produção social da ‘cor’ como o sinal principal de uma classificação social universal do mundo colonial/moderno e eurocentrado do capitalismo é ainda uma

branca' e cada uma das outras 'cores' da pele, foi assumida como uma gradação entre o superior e o inferior na classificação social 'racial'.

## II. *Colonialidade aa Articulação Política e Geocultural*

1) Os territórios e as organizações políticas de base territorial, colonizados parcial ou totalmente, ou não colonizados, foram classificados pelo padrão eurocentrado do capitalismo colonial/moderno, precisamente, segundo o lugar que as 'raças' e as suas respectivas 'cores' tinham em cada caso. Assim se articulou o poder entre a 'Europa', a 'América', a 'África', a 'Ásia' e muito mais tarde, a 'Oceânia'. Isso facilitou a 'naturalização' do controlo eurocentrado dos territórios, dos recursos de produção na 'natureza'. E cada uma dessas categorias impostas desde o eurocentro do poder terminou sendo aceite até hoje, pela maioria, como expressão da 'natureza' e da geografia, e não da história do poder no planeta.

2) Os grupos dominantes das 'raças' não-'brancas' foram obrigados a ser tributários, ou seja, intermediários na cadeia de transferência de valor e de riquezas da 'periferia colonial' para o 'eurocentro' ou associados dependentes.

3) Os estados-nação do centro constituíram-se, tendo, primeiro, como contrapartida os estados coloniais e, depois, os estados-nacional dependentes. Como parte dessa relação, os processos de cidadanização, de representação desigual mas real dos diversos sectores sociais, a retribuição em serviços públicos da produção e da tributação dos trabalhadores,<sup>32</sup> não deixou de ser, definitivamente, privilégio do centro, porque o seu custo é pago, em ampla medida, pela exploração do trabalho da periferia colonial em condições não democráticas e não nacionais, ou seja, como sobre-exploração.

4) Devido a essas determinações, todos os países cujas populações são na sua maioria vítimas de relações 'racista/eticistas' de poder, não conseguiram sair da 'periferia colonial' na disputa pelo 'desenvolvimento'. E os países que chegaram a incorporar-se no 'centro' ou estão a caminho dele, são

---

questão cuja investigação histórica sistemática está por fazer. Aqui, é indispensável assinalar que antes da América a 'cor' não se regista como classificador das pessoas nas relações de poder. O eurocentrismo do novo padrão de poder não foi, sem dúvida, inevitável. Mas foi o seu estabelecimento que deu origem, explicação e sentido à imposição da categoria 'raça' e de 'cor' como sua marca externa, desde o século XVI até hoje.

<sup>32</sup> O chamado *Welfare State*.



aqueles cujas sociedades ou não têm relações de colonialidade – porque, precisamente, não foram colônias europeias, ou o foram de modo muito curto e muito parcial (ex. Japão, Taiwan, China) –, ou onde as populações colonizadas foram inicialmente minorias pequenas, como os ‘negros’ na constituição dos Estados Unidos da América do Norte, ou onde as populações nativas foram reduzidas a minorias isoladas, se não mesmo exterminadas, como nos Estados Unidos, Canadá, Austrália ou Nova Zelândia.<sup>33</sup>

5) De onde se depreende, de novo, que a colonialidade do poder implica, nas relações internacionais de poder e nas relações internas dentro dos países, o que na América Latina foi denominada de dependência histórico-cultural.<sup>34</sup>

### III. *Colonialidade da Distribuição Mundial do Trabalho*

Não menos decisiva para o capitalismo eurocentrado colonial/moderno foi a distribuição mundial de trabalho em torno da colonialidade do poder. O capitalismo organizou a exploração do trabalho numa complexa engrenagem mundial em torno do predomínio da relação capital-salário. Para muitos dos teóricos, é nisto que consiste todo o capitalismo. Tudo o resto é pré-capitalista e, dessa maneira, externo ao capital. Contudo, a partir do exemplo da América sabemos que a acumulação capitalista até aqui não prescindiu, em momento algum, da colonialidade do poder.<sup>35</sup> O esquema de um mundo capitalista dualmente ordenado em ‘centro’ e ‘periferia’, não é arbitrário precisamente por essa razão, ainda que provavelmente teria sido melhor pensar em ‘centro colonial’ e ‘periferia colonial’ (no sentido da colonialidade e não só, e apenas, do colonialismo), para evitar a secreção ‘naturalista’ físico-geográfica da imagem.

No ‘centro’ (eurocentro), a forma não só estruturalmente, mas também, a longo prazo, demograficamente dominante, da relação capital-trabalho, foi a salarial. Ou seja, a relação salarial foi, principalmente, ‘branca’. Na ‘periferia colonial’, pelo contrário, a relação salarial foi com o tempo estruturalmente dominante, mas sempre minoritária na demografia como em tudo o resto,

<sup>33</sup> Veja-se sobre a relação entre colonialidade e ‘desenvolvimento’, Quijano, 1993a.

<sup>34</sup> Veja-se neste volume o capítulo de Mogobe B. Ramose, que aborda este tema para o contexto africano.

<sup>35</sup> Não entrarei aqui no debate, necessitado com urgência de ser renovado, sobre as relações entre capital, salário e não-salário na história do capitalismo colonial/moderno.

enquanto as mais espalhadas e sectorialmente dominantes foram todas as outras formas de exploração do trabalho: escravidão, servidão, produção mercantil simples, reciprocidade. Mas todas elas estiveram, à partida, articuladas sob o domínio do capital e em seu benefício.

Globalmente, a relação salarial foi sempre, até hoje, a menos espalhada, geográfica e demograficamente falando. O universo mundial do trabalho e dos trabalhadores do capital foi feito em sentidos diversos e heterogêneos. Consequentemente, as ‘classes sociais’ entre a população do mundo não só não se reduziram ao lugar dos indivíduos no controlo do trabalho e dos seus produtos, como também, nesse meio restrito, ficaram ordenadas em função da base principal da colonialidade do poder.

No eurocentro, pensado de modo isolado e separado da ‘periferia colonial’, a classificação social apareceu, inevitavelmente, apenas ligada à relação ao trabalho, já que os ‘europeus’ não se então viam como ‘racialmente’ diferenciados; pelo contrário, hoje em dia isto seria percebido de imediato, quando as populações vítimas da colonialidade do poder conseguiram instalar-se nas sedes originais dos colonizadores. As ‘classes sociais’ foram, por isso, conceptualmente separadas e diferenciadas das ‘raças’ e as suas recíprocas relações foram pensadas como externas.

Globalmente, no entanto, como foi sempre a própria condição da existência do capitalismo, as ‘classes sociais’ foram diferenciadamente distribuídas entre a população do planeta com base na colonialidade do poder. No ‘eurocentro’, o que dominam são Capitalistas. Os dominados são os assalariados, as classes médias, os camponeses independentes. Na ‘periferia colonial’, os dominantes são os Capitalistas Tributários e/ou Associados Dependentes. Os dominados são escravos, servos, pequenos produtores mercantis independentes, assalariados, classes médias, camponeses.

Esta classificação social diferenciada entre o centro e a periferia colonial foi o mecanismo central da engrenagem de acumulação global em benefício do centro. De facto, foi o que permitiu produzir, manter e custear a lealdade dos explorados/dominados ‘brancos’ perante as ‘raças’, sobretudo na ‘periferia colonial’, mas também dentro do ‘centro’, como acabou de acontecer sobretudo nos Estados Unidos.

#### *IV. Colonialidade das Relações de Género*

As relações entre os ‘géneros’ foram também ordenadas em torno da colonialidade do poder.

1) Em todo o mundo colonial, as normas e os padrões formal-ideais de comportamento sexual dos géneros e, conseqüentemente, os padrões de organização familiar dos ‘europeus’ estão directamente assentes na classificação ‘racial’: a liberdade sexual dos homens e a fidelidade das mulheres foi, em todo o mundo eurocentrado, a contrapartida do ‘livre’ – ou seja, não pago como na prostituição, a mais antiga na história – acesso sexual dos homens ‘brancos’ às mulheres ‘negras’ e ‘índias’, na América, ‘negras’, em África, e de outras ‘cores’ no resto do mundo submetido.

2) Na Europa, por outro lado, foi a prostituição das mulheres a contrapartida do padrão de família burguesa.

3) A unidade e integração familiar, impostas como eixos do padrão da família burguesa do mundo eurocentrado foi a contrapartida da continuada desintegração das unidades de parentesco pais-filhos nas ‘raças’ não-‘brancas’, apropriáveis e distribuíveis não só como mercadorias, mas directamente como ‘animais’. Em particular, entre os escravos ‘negros, já que sobre eles essa forma de dominação foi mais explícita, imediata e prolongada.

4) A característica hipocrisia subjacente às normas e valores formal-ideais da família burguesa, não é, desde então, alheia à colonialidade do poder.

#### *V. Colonialidade das Relações Culturais ou Intersubjectivas*

Já ficaram anotadas muitas das implicações mais importantes da hegemonia do eurocentrismo nas relações culturais, intersubjectivas em geral no mundo do capitalismo colonial/moderno.<sup>36</sup> Aqui, vale apenas anotar o seguinte:

1) Em todas as sociedades onde a colonização implicou a destruição da estrutura societal, a população colonizada foi despojada dos seus saberes intelectuais e dos seus meios de expressão exteriorizantes ou objectivantes. Foram reduzidas à condição de indivíduos rurais e iletrados.<sup>37</sup>

2) Nas sociedades onde a colonização não conseguiu a total destruição societal, as heranças intelectual e estética visual não puderam ser destruídas. Mas foi imposta a hegemonia da perspectiva eurocêntrica nas relações intersubjectivas com os dominados.

<sup>36</sup> Para uma análise mais profunda veja-se Quijano 1991 e 1993b.

<sup>37</sup> Para outra leitura desta situação, vejam-se os capítulos de Maria Paula Meneses e de Liazzate Bonate, neste volume.

3) A longo prazo, em todo o mundo eurocentrado foi-se impondo a hegemonia do modo eurocêntrico de percepção e produção de conhecimento e numa parte muito ampla da população mundial o próprio imaginário foi, demonstradamente, colonizado.

4) *Last but not least*, a hegemonia eurocêntrica na cultura do mundo capitalista implicou uma maneira mistificada de perspectiva da realidade, quer se trate do ‘centro’, que da ‘periferia colonial’. Mas os seus efeitos sobre a última, no que concerne ao conhecimento e à acção, foram quase sempre historicamente conducentes a becos sem saída. A questão nacional, a questão da revolução, a questão da democracia são talvez dos exemplos mais emblemáticos.

#### VI. *Dominação/Exploração, Colonialidade e Corporeidade*

Há uma relação clara entre a exploração e a dominação: nem toda a dominação implica exploração. Mas esta não é possível sem aquela. A dominação é, portanto, *sine qua non* de todo o poder. Esta é uma velha constante histórica. A produção de um imaginário mitológico é um dos seus mecanismos mais característicos. A ‘naturalização’ das instituições e das categorias que ordenam as relações de poder que foram impostas pelos vencedores/dominadores, tem sido, até agora, o seu procedimento específico.

No capitalismo eurocentrado, é sobre a base da ‘naturalização’ da colonialidade do poder que a cultura universal foi e continua a ser impregnada de mitologia e de mistificação na elaboração de fenómenos da realidade. A lealdade ‘racial’ dos ‘brancos’ perante as outras ‘raças’, serviu como pedra angular da lealdade, inclusive ‘nacional’, dos explorados e dominados ‘brancos’ em relação aos seus exploradores em todo o mundo e, em primeiro lugar, no ‘eurocentro’.<sup>38</sup>

A ‘naturalização’ mitológica das categorias básicas da exploração/dominação é um instrumento de poder excepcionalmente poderoso. O exemplo mais conhecido é a produção do ‘género’ como se fosse idêntico a sexo. Muitos indivíduos pensam que acontece o mesmo com ‘raça’ em relação,

---

<sup>38</sup> Trata-se de um fenómeno muito conhecido como o testemunha a continuada segregação dos ‘negros’ em muitas das centrais sindicais dirigidas por ‘brancos’ nos Estados Unidos. Mas não afecta só os próprios trabalhadores; pior, afecta os seus ideólogos e líderes políticos que se reclamam socialistas. Os mais ilustrativos exemplos são a divisão entre todos os ‘socialistas’, primeiro, e dos ‘marxistas’, depois, perante o ‘racismo’ e o colonialismo em África e na Ásia, nos séculos XIX e XX. Veja-se, sobre este assunto, Davis, 1967.

sobretudo, à 'cor'. Mas esta é uma confusão radical. Apesar de tudo, o sexo é realmente um atributo biológico (implica processos biológicos) e algo tem a ver com 'género'. Mas a 'cor' é, literalmente, uma invenção eurocêntrica enquanto referência 'natural' ou biológica de 'raça', já que nada tem a ver com a biologia. E, ainda por cima, a 'cor' na sociedade colonial/moderna nem sempre foi o mais importante dos elementos de racialização efectiva e dos projectos de racialização, como no caso dos 'arianos' em relação aos outros 'brancos', incluindo os 'brancos judeus' e, mais recentemente, nos processos de 'racialização' das relações israelo-árabes. Estas são, se mais fosse necessário, eficientes demonstrações históricas do carácter estritamente mítico-social da relação entre 'cor' e 'raça'.<sup>39</sup>

'Raça' é uma categoria cuja origem intersubjectiva é, nesse sentido, demonstrável.<sup>40</sup> Porquê, então, estar tão presente na sociedade 'moderna', tão profundamente injectado no imaginário mundial como se fosse realmente 'natural' e material?

Sugiro um caminho de indagação: porque implica algo muito material, o 'corpo' humano. A 'corporalidade' é o nível decisivo das relações de poder. Porque o 'corpo' implica a 'pessoa', se se libertar o conceito de 'corpo' das implicações mistificadoras do antigo 'dualismo' eurocêntrico, especialmente judaico-cristão (alma-corpo, psique-corpo, etc.). E isso é o que torna possível a 'naturalização' de tais relações sociais. Na exploração, é o 'corpo' que é usado e consumido no trabalho e, na maior parte do mundo, na pobreza, na fome, na má nutrição, na doença. É o 'corpo' o implicado no castigo, na repressão, nas torturas e nos massacres durante as lutas contra os exploradores. Pinochet é um nome do que ocorre aos explorados no seu 'corpo' quando são derrotados nessas lutas. Nas relações de género, trata-se do 'corpo'. Na 'raça', a referência é ao 'corpo', a 'cor' presume o 'corpo'.

Hoje, a luta contra a exploração/dominação implica, sem dúvida, em primeiro lugar, o engajamento na luta pela destruição da colonialidade do poder, não só para terminar com o racismo, mas pela sua condição de eixo articulador do padrão universal do capitalismo eurocentrado. Essa luta é parte da destruição do poder capitalista, por ser hoje a trama viva de todas as formas históricas de exploração, dominação, discriminação, materiais e inter-

---

<sup>39</sup> Devo a Immanuel Wallerstein o ter-me recordado a propósito da colonialidade do poder, uma frase de Jean Genet na sua conhecida peça teatral *Le Nègre* (Gallimard, 1977, Paris, França).

<sup>40</sup> Veja-se, entre outros, Dumont, 1986, Quijano, 1992 e Marks, 1995.

subjectivas. O lugar central da 'corporeidade' neste plano leva à necessidade de pensar, de repensar, vias específicas para a sua libertação, ou seja, para a libertação das pessoas, individualmente e em sociedade, do poder, de todo o poder. E a experiência histórica até aqui aponta para que há outro caminho senão a socialização radical do poder para chegar a esse resultado. Isso significa a devolução aos próprios indivíduos, de modo directo e imediato, do controlo das instâncias básicas da sua existência social: trabalho, sexo, subjectividade e autoridade.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ANRUP, Roland (1985), "Totalidad Social: Unidad conceptual o unicidad real?", *La Revista de Extensión Cultural*, 20, 5-23.
- CASANOVA, Pablo González (1965), "Internal Colonialism and National Development", *Studies in Comparative International Development*, 1 (4).
- DAHRENDORF, Ralf (1959), *Class and Class Conflict in Industry Society*. Stanford: Stanford University Press.
- DAVIS, Horace (1967), *Nationalism and Socialism*. Nova Iorque: Monthly Review Press.
- DUMONT, Louis (1986), *Homo Hierarchicus*. Paris: Gallimard.
- HAYA DE LA TORRE, Víctor Raúl (1932), *El Antimperialismo y el APRA*. Santiago de Chile: Ercilla.
- HINDESS, Barry; Hirst, Paul Q. (1975), *Pre-Capitalist Modes of Production*. Londres: Routledge.
- LACLAU, Ernesto; Mouffe, Chantal (1985), *Hegemony and Socialist Strategy*. Londres: Verso.
- LARSON, James L. (1971), *Reason and Experience: the Representation of Natural Order in the Work of Carl Von Linné*. Berkeley: University of California Press.
- LUKACS, Gyorgy (1923), *Geschichte und Klassenbewusstsein: Studien uber Marxistische Dialektik*. Berlin: Malik-Verlag.
- MACK, Raymond (1963), *Race, Class and Power*. Nova Iorque: American Book Co.
- MARIÁTEGUI, José Carlos (1928), *7 Ensayos de Interpretación de la Realidad Peruana*. Lima: Biblioteca Amauta.
- MARKS, Jonathan (1995), *Human Biodiversity. Games, Race and History*. Nova Iorque: Aldine de Gruyter.
- MARX, Karl (1947), "Carta a Weydemeyer (Londres, 5 de Março de 1852)", in *Marx-Engels: Correspondencia*. Buenos Aires: Editorial Problemas, 71-74.
- MARX, Karl (1966 [1867]), *El Capital*. México: Fondo de Cultura Económica.
- NICOLAUS, Martin (1967), "Proletariat and Middle Class in Marx: Hegelian Choreography and the Capitalist Dialectic", *Studies on the Left*, 7, 253-283.
- PARKIN, Frank (1979), *Marxism and Class Theory. A Bourgeois Critique*. Nova Iorque: Columbia University Press.
- POULANTZAS, Nicos (1968), *Pouvoir et Classes Sociales*. Paris: Maspero.
- PREBISCH, Raúl (1963), *Hacia una Dinámica del Desarrollo Latinoamericano*. México: Fondo de Cultura Económica.
- PREBISCH, Raúl (1976), "Crítica al Capitalismo Periférico", *Revista da CEPAL*, 1º Semestre, 7-73.

- PREBISCH, Raúl (1981), *Capitalismo Periférico, Crisis y Transformación*. México: Fondo de Cultura Económica.
- QUIJANO, Aníbal (1964a), “La Imagen Saintsimoniana de la Sociedad Industrial”, *Revista de Sociología* (Universidad de San Marcos), 1.
- QUIJANO, Aníbal (1964b), *Dominación y Cultura: lo Cholo en el Conflicto Cultural Peruano*. Lima: Mosca Azul.
- QUIJANO, Aníbal (1966), *Notas sobre el Concepto de Marginalidad Social*. Santiago de Chile: CEPAL.
- QUIJANO, Aníbal (1969), *Naturaleza, Situación y Tendencias de la Sociedad Peruana*. Santiago de Chile: Centro de Estudios Socio-Económicos (CESO) da Universidad do Chile.
- QUIJANO, Aníbal (1978), *Imperialismo, Clases Sociales y Estado en el Perú – 1895-1930*. Lima: Mosca Azul.
- QUIJANO, Aníbal (1988), *Modernidad, Identidad y Utopía en América Latina*. Lima: Ediciones Sociedad y Política.
- QUIJANO, Aníbal (1991), “Colonialidad y Modernidad/Racionalidad”, *Perú Indígena*, 13 (29), 11-29.
- QUIJANO, Aníbal (1992), “Raza, Etnia, Nación: Cuestiones Abiertas”, in José Carlos Mariátegui y Europa. Lima: Amauta.
- QUIJANO, Aníbal (1993a), “América Latina en la Economía Mundial”, *Problemas del Desarrollo*, 24 (95).
- QUIJANO, Aníbal (1993b), “Colonialidad del Poder, Eurocentrismo y América Latina”, in Edgardo Lander (org.), *La Colonialidad del Saber: Eurocentrismo y Ciencias Sociales. Perspectivas Latinoamericanas*. Buenos Aires: CLACSO, 201-246.
- QUIJANO, Aníbal (1994), *Future Antérieur: Amérique Latine, Démocratie et Exclusion*. Paris: L’Harmattan.
- QUIJANO, Aníbal (1999), “Un Fantasma Recorre el Mundo”, *Hueso Húmero* (Lima), 34, 60-168.
- QUIJANO, Aníbal; Wallerstein, Immanuel (1992), “Americanity as a Concept, or the Americas in the Modern World System”, *International Journal of Social Sciences*, 134, 549-557.
- SAINT-SIMON (1929 [1814]), *Doctrine de Saint-Simon. Exposition* (introd. e notas de C. Bouglé e E. Halevy). Paris.
- SCHELER, Max (1916), *Der Formalism in der Ethik und die materiale Wertethik*. Berlin: Preussischen Akademie der Wissenschaft.
- SHANIN, Theodor (1984), *The Late Marx: the Russian Road*, Nova Iorque: Monthly Review Press.



- STAVENHAGEN, Rodolfo (1965), "Classes, Colonialism and Acculturation", *Studies in Comparative International Development*, 1 (7).
- THOMSON, Edward Palmer (1963), *The Making of the English Working Class*. Londres: V. Gollancz.
- TOMICH, Dale (1997), "World of Capital/Worlds of Labor: a Global Perspective", in John Hall (org.), *Reworking Class*. Ithaca, NY: Cornell University Press, 385-397.
- WALLERSTEIN, Immanuel (1974), *The Modern World System*. Nova Iorque: Academic Press.
- WALLERSTEIN, Immanuel (1976), *The Modern World System: Capitalist Agriculture and the Origins of the European World-economy in the Sixteenth Century*. Nova Iorque: Academic Press.
- WALLERSTEIN, Immanuel (1980), *Mercantilism and the Consolidation of the European World-economy, 1600-1750*. Nova Iorque: Academic Press.
- WOLP, Harold (1973), *The Articulation of Modes of Production*. Londres: Routledge & Kegan Paul.
- WOOD ELLEN MEISKINS (1986), *A Retreat from Class: a New 'True' Socialism*. Londres: Verso
- WRIGHT, Erik Olin (1978), *Class, Crisis and the State*. Londres: New Left Books.
- WRIGHT, Erik Olin (1985), *Classes*. Londres: Verso.